

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

LEANDRO NUNES

TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL:

Tendências dos debates acadêmicos no contexto catarinense.

FLORIANÓPOLIS

2016

LEANDRO NUNES

TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

Tendências dos debates acadêmicos no contexto catarinense.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.
Orientador: Prof. Dr. Jaime Hillesheim

Florianópolis

Março 2016

LEANDRO NUNES

**TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL:
Tendências dos debates acadêmicos no contexto catarinense.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.
Orientador: Prof. Dr. Jaime Hillesheim

Prof. Dr. Jaime Hillesheim
Presidente da banca – Orientador.

Professor Dr. Ricardo Lara
Membro

Professora Dra. Vania Maria Manfroi
Membro

Florianópolis, 11 de Março de 2016.

O trabalho a seguir não é, de modo algum, fruto de um 'Impulso interior'. Pelo contrário. (ENGELS, 2015, P. 29).

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos a minha família em especial minha mãe Vanderléia, Minha mãe/vó Dilma, meu Tio Lorival e a meu Padrasto Vailde que em tempos de turbulências emocionais e financeiras deram afago. A minha vó Dilma, tio Agnaldo e tia Valéria. E principalmente a Vivaldo, Carlos e Isaías *in memoriam*.

A meu orientador Jaime, que embora muitas vezes tenha puxado as rédeas e sugado as poucas energias que ainda tinha me ofereceu liberdade de pensamento, não raros foram os casos de profícuos debates acerca de uma ou outra categoria. No entanto vi esses momentos de extrema valia para ambos, uma vez que tais debates não serviram apenas para minha formação, mas também para a dele, pois como nos diz o velho barbudo (Marx, 2007) “o educador esta em constante processo de aprendizado”. Não poderia deixar de expressar aqui meus profundos e eternos agradecimentos ao Prof. Ricardo Lara camarada de estudos sobre o mundo do trabalho, saúde do trabalhador, emancipação humana, etc. que no brio de seu evoluído conhecimento me provocou a ler a realidade a partir da teoria social crítica marxista e lukacsiana. Agradeço também à Prof.^a Vânia que além de ter aceitado prontamente meu pedido para composição de banca, estimulou profícuos debates em suas aulas, sempre apresentando um “X” a mais da questão em pauta, adensando minha formação intelectual e profissional. Agradeço, do mesmo modo, aos demais professores ao longo de minha formação profissional: Ana Cartaxo, Samira, Marlon, Helenara, Maria Tereza, Carla Bressan, Keli, Liliane, Simone, etc. cada qual com suas particularidades de estudos, porém serviram como fonte fixa de entendimento desta profissão que tanto apreciamos. Não poderia deixar de fazer referência a companheiros de estudos e militância: Alcides Remijo (Cidão), Alberth e Rodrigo Fernandes. Agradeço igualmente à minha supervisora de estágio Monica Cabral. Embora este trabalho não esteja diretamente vinculado a questões emergentes do campo de estágio, muitos foram os conhecimentos que adquiri em nossos debates.

Não poderia esquecer de agradecer, também, aos companheiros que comigo estiveram ao longo da formação profissional, aqueles que foram até o fim, e aqueles que “ficaram no meio do caminho” devido as inconsistências que a vida social os impôs. Aos companheiros de luta do Caliss: Anelise, Aghata, Gabriela, Jenifer, Joel, Vinicius, entre outros. Aos companheiros do grupo de estudos Marxismo Impenitente e Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Questão Social na América Latina, por tantos debates que mal consigo transcrever aqui a importância. A meus amigos de infância Vaguinho, Ricardo Horn, Rafael Horn, Djeco, Frank, Leandro (Led), Leandro (Magavilha), Lucas (Gazela). Jhon, Rafael, Lucas e Ronaldo

(Tijolos), à minha cunhadinha Thaína e, principalmente, ao irmão e amigo de todas as horas Vailde Junior (Juca) Tantas foram às festas, churrascos e cervejas (em Vaguinho House) que não consigo computar agora, mas que sempre serviram para entendermos que os valores da amizade, da sinceridade e do companheirismo fazem a diferença. A todos, meu sincero obrigado!

Deixei por último meus agradecimentos aos camaradas da Juventude Comunista Avançando: Bruninhas, Helen, Ingrid, Nanda, Davi, Giovanny, César, Jhonny, Gui, Pedro, Lênio, Fred, Everton, Michele, Criss, entre outros. Expresso, aqui, meus profundos agradecimentos por compartilharem comigo tantos momentos de aprendizado, formação política, militância estudantil, bem como momentos de amizade, carinho e alegria. Tenho orgulho de ser militante desta organização.

A todas e todos deixo meus sinceros agradecimentos e evidencio que não podemos nos esquecer de que, a rosa que brota do solo encharcado das lágrimas dos/as oprimidos/as, explorados/das é a rosa que brota em nós o sentimento da emancipação do companheirismo e, principalmente, da luta.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar, a partir das diretrizes curriculares dos cursos de serviço social, o que tem se debatido sobre o trabalho em instituições de ensino superior, no estado de Santa Catarina, que oferecem a graduação em serviço social, na modalidade presencial. Para concretizar nosso intento, trazemos inicialmente ao leitor uma breve reflexão sobre o processo de construção e implementação das diretrizes curriculares do curso de serviço social e seus respectivos desafios e contradições. Em seguida, apresentamos breves apontamentos relacionados à polêmica surgida desde o processo de construção das diretrizes e em voga até hoje, sobre o debate em torno do serviço social como trabalho, tendo como principais expoentes os autores Marilda Iamamoto, Sérgio Lessa e Gilmaísa da Costa. Compondo o elemento central do presente trabalho monográfico, com base em planos de ensino e ementários de disciplinas que contemplam o debate sobre o trabalho ofertadas nas instituições de ensino que compuseram a amostra desse estudo, apresentamos uma análise sobre seus objetivos e os referenciais teóricos que dão direção às propostas que compõem o projeto de formação de cada curso. Por fim, destacamos a importância de se valorizar os debates da teoria social crítica na formação profissional em serviço social.

Palavras-chave: Diretrizes Curriculares. Formação Profissional. Trabalho. Serviço Social.

RESUMÉN

El objetivo de este estudio es analizar, a partir de las directrices del plan de estudios de los programas de servicios sociales, que se ha debatido sobre el trabajo en las instituciones de educación superior en el estado de Santa Catarina, que ofrecen un grado en trabajo social, en la modalidad presencial. Para lograr nuestro propósito, traemos inicialmente al lector una breve reflexión sobre el proceso de construcción e implementación de las directrices del plan de estudios del curso de los servicios sociales y sus respectivos desafíos y contradicciones. A continuación, se presentan breves notas relacionadas con la controversia que surge del proceso de construcción y directrices en boga hoy en día, en el debate en torno al servicio social como el trabajo, trate como exponentes principales autores Marilda Iamamoto Sergio Lessa y Gilmaísa da Costa. Para agravar el elemento central de esta monografía, sobre la base de los planes de enseñanza y ementários disciplinas que incluyen la discusión del trabajo que se ofrece en las instituciones educativas en la muestra de este estudio es un análisis de los objetivos y los marcos teóricos que dan hacia las propuestas del proyecto de la formación de cada curso. Por último, destacamos la importancia de mejorar los debates de la teoría social crítica en la formación profesional en el trabajo social.

Palabras clave: Directrices del plan de estudios. Formación profesional. Trabajo. Trabajo social.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Bibliografia básica indicadas nos planos de ensino de cursos de serviço social em Santa Catarina.....	55
Quadro 2. Bibliografia Complementar indicadas nos planos de ensino de cursos de serviço social em Santa Catarina.....	85

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

BM Banco Mundial.

CA Centros acadêmicos.

CEFESS Conselho Federal de Serviço Social.

CNE Conselho Nacional de Educação.

CRESS Conselhos Regionais de Serviço Social.

DA Diretórios Acadêmicos.

DC Diretrizes Curriculares.

ENESSO Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

FIES Fundo de Financiamento Estudantil.

FMI Fundo Monetário Internacional.

LDB Lei de Diretrizes e Bases.

MEC Ministério da Educação.

OMC Organização Mundial do Comércio.

PEC Proposta de Emenda Constitucional.

PL Projeto de Lei.

PLC Projeto de Lei da Câmara.

PNE Política Nacional de Estágio.

PROUNI Programa Universidade Para Todos.

REUNI Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL.....	15
2.1 O contexto e a necessidade de revisão das diretrizes curriculares nacionais do Serviço social.....	15
2.2 O caminho percorrido para a construção das atuais DC do curso de Serviço Social brasileiro.....	18
2.2.1 Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social.....	23
2.2.2 Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	26
2.2.3 Núcleo fundamentos do trabalho profissional	27
2.3 Desafios da implementação das DC do curso de serviço social.....	29
3 AS ABORDAGENS DA RELAÇÃO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: CONFRONTANDO POSIÇÕES TEÓRICAS	37
3.1 As contribuições e posições de Marilda Iamamoto nos debates sobre o serviço social e trabalho	38
3.2 As reflexões de Gilmaísa Costa sobre a definição do serviço social como trabalho ...	46
3.3 As concepções de Sérgio Lessa: a negação do serviço social como trabalho.....	50
4 O DEBATE SOBRE O TRABALHO NAS PROPOSTAS DE FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM SANTA CATARINA	54
4.1 Trabalho e serviço social: identificando algumas tendências do debate nos cursos de graduação	55
4.2 Valorizando importantes referenciais teóricos	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
7 APÊNDICE	85

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como propósito analisar como, a partir das Diretrizes Curriculares (DC) para os cursos de serviço social, a categoria trabalho vem sendo discutida no processo de formação profissional, nas unidades de ensino catarinenses que possuem esta graduação na modalidade presencial.

Para alcançarmos nosso objetivo, realizamos, num primeiro momento, uma explanação sobre o processo de construção das mencionadas DC, iniciado nos anos de 1990 e conduzido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Esse processo envolveu um conjunto de mais de 67 instituições de ensino, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

O conteúdo das DC foi debatido nas mais de 200 oficinas locais que foram seguidas de 25 oficinas regionais e, ainda, duas nacionais. O documento elaborado – que se constituía numa proposta básica - foi lido e aprovado no XXIX Convenção Nacional da ABEPSS, realizada em Recife/PE, no ano de 1995. À época de sua aprovação, no documento aprovado ficaram explicitados os pressupostos da formação profissional, princípios, nova lógica curricular, disciplinas básicas, núcleos de fundamentação (teórico-metodológico da vida social, formação sócio-histórica brasileira, trabalho profissional), entre outros que passariam a compor o horizonte da formação profissional do assistente social. Posteriormente, em 1996, contando com a assessoria de alguns consultores da área, novas oficinas foram realizadas e uma nova e mais conclusa versão das DC foi ganhando forma. Então, durante a realização conjunta da II Oficina Nacional de Formação Profissional e da Assembleia Geral da então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), no Rio de Janeiro, o documento final das DC foi aprovado (ABEPSS, 1996).

Esse processo não pode ser analisado sem levar em conta o contexto político e econômico da realidade brasileira (e internacional) nos anos de 1990. Esta década foi marcada por um amplo processo de transformações societárias, econômicas, políticas, culturais entre outros, fatores estes que impactaram na direção do fazer profissional do assistente social. Não obstante, assistiu-se a um avanço das políticas neoliberais para o direcionamento político-ideológico-econômico das políticas públicas, em especial o da política de educação. Ante ao avanço das instituições de ensino privado, da mercantilização da educação, da intensificação do trabalho docente, da precarização da educação, da formação profissional aligeirada, etc., inúmeras dificuldades se colocaram no processo de implementação daquelas DC.

Em face dessa realidade, tomamos como hipótese de trabalho que muitas propostas de formação implementadas nas unidades de ensino têm se afastado da direção constitutiva do projeto nacional. E, no intuito de realizar uma análise que pudesse esclarecer as nuances desse processo, consideramos como ponto de partida, o debate sobre o trabalho no âmbito das propostas pedagógicas de cursos presenciais de serviço social em Santa Catarina.

O caminho que percorremos para aquisição dos planos de ensino das instituições pode ser sinteticamente descrito. Num primeiro momento, através da pesquisa na rede mundial de computadores e com base no *website* do Ministério da Educação¹, foi realizada uma pesquisa avançada com o objetivo de computar o número e quais as instituições de ensino superior que ofereciam o curso de serviço social na modalidade presencial no estado de Santa Catarina. Foram encontradas inicialmente nove instituições que ofereciam o curso. No entanto, em relação a uma delas, não conseguimos estabelecer qualquer contato. Após esse mapeamento, entramos no *website* de cada instituição com o objetivo de analisar se havia neles disponível o currículo do curso e constatamos que apenas uma instituição oferecia as informações em seu *site*. Nosso propósito nesse momento era o de mapear as disciplinas que abordassem a temática trabalho. Após realizar este levantamento, entramos em contato com as instituições, via *e-mail*, com vistas a solicitar para o coordenador do curso e/ou professoras/es que lecionavam as disciplinas identificadas, os ementários e planos de ensino. Isso nos permitiria fazer um levantamento das referências bibliográficas básicas e complementares utilizadas para promover o debate em sala de aula a respeito do trabalho e das conexões dessas abordagens com o serviço social. Salientamos que, ao contatar com as instituições, foi evidenciado, principalmente, o sigilo em torno das informações coletadas – ainda que algumas fossem de domínio público, já que disponibilizadas na rede mundial de computadores. A despeito disso, decidimos nomear as instituições que compuseram a amostra como sendo instituições A, B e C. Isso porque, das oito escolas efetivamente identificadas no levantamento inicial, foram obtidos os planos de ensino e respectivos ementários de apenas três delas.

Foi a partir desse material coletado, constituído, então, por planos de ensino de disciplinas que tinham, de maneira mais explícita, em seus ementários, questões relativas ao trabalho, que procedemos à análise do nosso objeto de estudo.

Como guia de estudos adotamos a teoria social crítica, que se trata da mesma defendida pelas diretrizes curriculares do serviço social a partir de autores como: Harry

¹ Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 9 dez. 2015.

Bravermann (1981), Florestan Fernandes (1975), Karl Marx (2013), György Lukács (2013), Ruy Mauro Marini (1976), David Harvey (1994), Eric Hobsbawm (1978), István Mészáros (2009), Ricardo Antunes (2009), entre outros. Nos servimos, ainda, na tarefa de problematizar nosso objeto, as produções de autores do serviço social que seguem a mesma linha de pensamento: Marilda Vilela Iamamoto (1982, 1998, 2007), Ricardo Lara (2011), Maria Lúcia Barroco (2010), Yolanda Guerra (1995), José Paulo Netto (1996, 2010), entre outros.

Os resultados dos estudos e análises realizadas estão aqui apresentados da seguinte forma:

Na segunda seção, nossas análises se remeterão ao debate iniciado ainda em fins dos anos 1980 sobre qual viria a ser o objeto de intervenção profissional. Tinham-se, nesse tempo histórico, duas linhas de defesas: a de Marilda Iamamoto (1998), que asseverava ser a questão social e suas múltiplas expressões o objeto da ação profissional e, outra, a de Vicente de Paula Faleiros (2000) que advogava ser a política social o objeto principal da ação profissional. A recuperação desse debate se mostrou relevante na medida em que é suscitado exatamente em virtude da construção das DC. É também nessa segunda seção que apresentamos outros elementos do processo de construção dessas diretrizes, bem como alguns aspectos relacionados à implementação delas.

Na terceira seção, nos aproximaremos do nosso objeto de estudo propriamente dito, sendo que, na primeira parte, nosso foco voltar-se-á a outra polêmica surgida neste contexto de construção das novas diretrizes curriculares do serviço social, qual seja: a relação entre trabalho e serviço social. Demonstraremos nessa seção, três posições distintas, apesar de se situarem no campo marxista: a de Marilda Iamamoto – a partir das suas seguintes produções: *Relações sociais e serviço social no Brasil* (1982), *Serviço social e contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (1998) e, finalmente, *Serviço social em tempo de capital fetiche; capital financeiro, trabalho e questão social* (2007); a de Gilmaísa Costa – a partir de sua dissertação de mestrado intitulada *Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na ontologia de George Lukács* (1999); e a de Sérgio Lessa – a partir de duas de suas publicações: *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo* (2007), e *Serviço Social e Trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho* (2007).

Na quarta e última seção, guiaremos nossas análises para nosso objeto de estudo propriamente dito. A partir da análise dos ementários e dos planos de ensino utilizados nas escolas que compuseram a nossa amostra, procuraremos refletir sobre as tendências a que está sujeito o debate sobre a categoria trabalho. Nosso propósito, aqui, é verificar *se e como* tal

categoria é relacionada ao debate do trabalho profissional e sob quais perspectivas teóricas isso ocorre, considerando, por certo, as DC para os cursos de serviço social.

Por último, faremos apontamentos sintéticos relacionados a textos de autores da teoria social crítica e sua referida importância para o debate sobre o trabalho e serviço social. Esses referenciais, diga-se, foram identificados nos próprios planos de ensino analisados. Majoritariamente, contudo, as reflexões desses autores são apenas indicadas complementarmente, o que certamente aponta para o fato de que, no espaço de sala de aula, raramente são utilizadas para adensar o debate.

Na parte conclusiva do presente trabalho apresentamos algumas sínteses que servem de parâmetro para possíveis iniciativas que podem indicar estratégias para enfrentamento das dificuldades verificadas no processo de implementação das DC, em particular, naquilo que afeta o debate sobre o trabalho.

O percurso teórico e reflexivo não foi fácil, no entanto, esperamos que este texto sirva de fonte e estímulo para estudos futuros e mais aprofundados. Acreditamos ser esse um tema latente e de suma importância para a formação e o exercício profissional do assistente social.

2 AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Esta seção tem por objetivo analisar o processo de construção das atuais Diretrizes Curriculares (DC) do curso de Serviço Social, cujo direcionamento foi dado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Esse processo, deflagrado no início dos anos 1990 e concluído em 1996 (ainda que em permanente aprimoramento), resultou nas atuais DC para a formação profissional em Serviço Social. Como procuraremos demonstrar, a elaboração das DC não se deu isento de embates, divergências teóricas e num contexto bastante adverso aos princípios que as consubstanciam. Inúmeros aspectos desse processo poderiam, aqui, ser destacados. Contudo, nossa análise dará ênfase àqueles mais especificamente relacionados ao nosso objeto de estudo: o debate realizado sobre a categoria trabalho nas propostas de formação implementadas nas unidades de ensino localizadas no estado de Santa Catarina.

2.1 O contexto e a necessidade de revisão das diretrizes curriculares nacionais do Serviço Social.

A política educacional brasileira passou ao longo dos anos por amplos processos de transformação. No centro do debate sempre esteve uma importante questão: qual é a função da universidade? E, no contexto das privatizações as respostas a aquele questionamento foram direcionadas para uma lógica mercantil. Assim, a partir dessa perspectiva, pretendeu-se retirar do Estado a responsabilidade de prover à política de educação, bem como disciplinar e adaptar os estudantes às regras sócio-políticas em voga.

Essa lógica confronta a perspectiva na qual a universidade é vista como uma instituição social que se constrói a partir da autonomia do saber. Conforme Chauí (2003 p. 5):

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturadas por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da ideia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na ideia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão.

Essa perspectiva de universidade, como dizíamos, tem sido destruída em face do domínio dos interesses do mercado sobre os da sociedade. Tal processo se assevera pós década de 1990 com a adoção dos ideais neoliberais na condução das políticas brasileiras. Sob á égide do Consenso de Washington, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação², em 1996. A política educacional passou a partir de então, mais claramente, a atender as diretrizes do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) e seus respectivos interesses.

Consolida-se neste contexto, um avanço sem precedentes na lógica mercantil sobre a educação, em particular sobre a educação superior. Concomitantemente se verifica um intenso processo de precarização das condições materiais e estruturais e das formas de contratação de professores nas instituições de ensino superior públicas, bem como um processo de privatização destas, atendendo aos interesses de expansão do capital. Cabe mencionar, aqui, também, as estratégias privatizantes do ensino superior constantes na esfera legislativa. Nesse sentido podemos citar os debates em torno da aprovação de inúmeras normativas, dentre as quais destacam-se: a PL 4648/2012 que pretende permitir o investimento de empresas privadas nas instituições federais de ensino³, a PEC 395/2014 que propõe a cobrança de mensalidades em cursos de extensão, mestrados profissionalizantes, especializações, etc,⁴ e a PLC 77/2015⁵, que versa sobre o estímulo a parcerias público-privado no que se refere ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica⁶.

² BRASIL. Lei n.º 9.394 de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>>. Acesso em 7 dez. 2015. A partir de agora usaremos a sigla LDB para se referir a estas..

³ BRASIL. Projeto de Lei n.º 4648/2012. Dispõe sobre a possibilidade de investimentos privados em instituições públicas. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=89DEC0BA31D75492790C6CFF13348ACD.proposicoesWeb2?codteor=1284282&filename=Avulso+-PL+4848/2012>. Acesso em: 21 dez. 2015.

⁴ BRASIL. Projeto de Emenda Constitucional Nº 395/14. Propõe a cobrança de taxas acadêmicas em cursos profissionalizantes, mestrado, etc. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B6446860313DD1310379C7D371181963.proposicoesWeb2?codteor=1351874&filename=Avulso+-PEC+395/2014>. Acesso em: 21. Dez.

⁵ BRASIL. Projeto de Lei da Câmara Nº 77/2015. Dispõe sobre a parceria público/privado pra a produção de conhecimento. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/ecidania/visualizacaotexto?id=171867>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

⁶ Aprovada por unanimidade no último dia 9 de dez. de 2015. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/12/09/aprovado-projeto-que-institui-codigo-de-ciencia-tecnologia-e-inovacao>> transformando-se na Lei nº 13243 de 11/01/2016. Disponível em <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=250114&norma=269577>>. Acesso em: 14 mar. De 2016.

O avanço neoliberal na educação é impulsionado pela revolução tecnocientífica, pelo avanço na biomedicina, na nanotecnologia, na microeletrônica, na comunicação, entre outros. Ao se inserir na dinâmica universitária o capital se apropria de todos e quaisquer conhecimentos, pesquisas produzidas no interior de instituições públicas, mantidas com verbas governamentais. Assim a Universidade vai perdendo cada vez mais seu caráter público, gratuito e de qualidade, fragilizando e criando hiatos no tripé ensino, pesquisa e extensão, fatos que nos levam a fazer as seguintes indagações: a quem está servindo o conhecimento produzido no interior das universidades? Qual a função da universidade na sociedade brasileira hoje? Qual o perfil do profissional que está hoje se formando?

Ao abordar a questão da produção de conhecimento na universidade, Fernandes (1975, p.251) já assinalava que:

De um lado, a universidade deve absorver a pesquisa científica nas proporções em que ele for essencial para treinar e educar as vocações jovens, tanto para a rotina do trabalho de investigação nos vários setores da ciência e da tecnologia científica quanto para o esforço de criação original e de invenção, que varia de um campo para outro e de acordo com o grau de avanço relativo de cada campo. De outro, ela deve estar em condições de acolher e estimular, diretamente as investigações que forem necessárias para a integração de teorias de médio ou de longo alcance. A universidade não está condenada à pesquisa fundamental que busque o **conhecimento puro** e a construção da **teoria geral**. Mas somente ela pode fornecer suporte material, intelectual e moral para a produção científica que transcenda à especialização, ao imediatismo ou ao particularismo. (grifo do autor).

Especialmente a partir dos anos 1990, no Brasil, a política educacional do ensino superior, passa por um processo de reorganização que vislumbrou tornar esta política uma estratégia de expansão do capital privado, por meio de empresas educacionais e, por outro, massificar esse nível de ensino. Tudo isto repercute diretamente na qualidade e na perspectiva política da formação profissional em todas as áreas do saber. No que se refere especificamente ao serviço social nos filiamos às análises que consideram que:

A contrarreforma do ensino superior no Brasil constitui-se certamente como questão central para a profissão, já que, em função do avassalador crescimento mercantil das vagas em cursos privados e na modalidade à distância, pode-se redefinir no curto prazo o perfil profissional, pronto a atender acriticamente as demandas imediatas do capital. (ABREU, 2013, p.116).

É nesse contexto de grandes transformações societárias vivenciadas especialmente a partir do final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970 do século passado que podemos situar os diversos e intensos processos de reorganização da política de educação brasileira e seus rebatimentos na formação profissional do assistente social. Nessa direção, novamente

mencionamos que inúmeros aspectos poderiam ser aqui, abordados. Contudo, a problematização do nosso objeto de estudo nos impõe que analisemos mais detidamente o processo de construção das atuais DC do Curso de Serviço Social para compreendermos as respostas dadas pela categoria profissional às demandas da forma social capitalista contemporânea, levando em conta a realidade da sociedade brasileira.

2.2 O caminho percorrido para a construção das atuais DC do curso de Serviço Social brasileiro.

Entende-se por DC, as orientações básicas e gerais para a formação profissional. A ABEPSS⁷, entidade de caráter político-acadêmico, é a responsável pela condução da implementação das DC em todo o país, apesar de enfrentar inúmeros obstáculos no cumprimento dessa atribuição em virtude dos limites legais de sua atuação junto às unidades de ensino. Suas deliberações, ainda que envolvam o conjunto das escolas filiadas e o conjunto das organizações representativas da categoria, não têm poder imperativo sobre as propostas implementadas, tanto nos cursos presenciais quanto nos à distância.

Na contramão das diretrizes adotadas pelo MEC a partir da LDB, a segunda metade da década de 1990 é marcada por um amplo processo de reformulação das DC do curso de Serviço social. Tais diretrizes foram elaboradas durante os anos 1994-1996. De acordo com documentos da ABEPSS, (1996, p. 3), foram realizadas aproximadamente 200 oficinas, nas 67 unidades de ensino superior em Serviço Social filiadas a entidade, 25 oficinas regionais e 2 (duas) nacionais. Participaram dessas oficinas organizações representativas da categoria profissional – o conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CEFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e dos estudantes, através da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), esta ancorada pelos Centros acadêmicos (CA) e Diretórios Acadêmicos (DA), bem como supervisores de campo de estágio profissional. Após dois anos de elaboração, as diretrizes atuais foram aprovadas na XXIX Convenção Nacional da ABEPSS realizada em Recife/PE, no ano de 1995. O documento aprovado aponta os novos pressupostos, diretrizes, metas, disciplinas, núcleos de fundamentação, corpo curricular e perfil do formando/profissional, constituindo um importante instrumento de orientação para a implementação do projeto de formação pretendido. Nessa perspectiva é possível afirmar que

⁷ Até o ano de 1996 era denominada como Associação Brasileira Ensino em Serviço Social, quando em assembleia geral extraordinária transformou-se em Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Destarte utilizaremos a sigla ABEPSS como referência a esta. Não se dava importância a pesquisa como parte constituinte do processo de formação profissional.

A revisão curricular dos anos 1990 tem sido um espaço privilegiado na reconstrução do projeto de formação profissional do Assistente Social, repensando o processo em curso e formulando novas DC, onde são configurados: pressupostos e princípios de base da direção social da formação; alguns eixos transversais a todo processo; o perfil do bacharel em Serviço Social e um conjunto de componentes curriculares que superam uma visão de currículo construído apenas por disciplina, ao mesmo tempo em que estimula a participação do alunado na vida universitária, através de diferentes mecanismos (iniciação científica, monitoria, pesquisa e extensão, laboratórios/oficinas, etc.). (CARDOSO, 2000, p. 7).

Faleiros (2000, p.165-166), resume de forma transparente as perspectivas dos currículos profissionais dos anos 1930 até as atuais DC:

Anos 30 – Currículo fragmentado, centrado no disciplinamento da força de trabalho através dos valores cristãos e controle paramédico e parajurídico - [...] Obras sociais de acordo com a doutrina social da igreja. [...]

Anos 60 – Currículo centrado na solução de problemas individuais, no desenvolvimento e no planejamento social, com ênfase na comunidade e nos valores cristãos por parte das escolas católicas. [...]

Anos 80 – Reforma curricular centrada na crítica ao sistema capitalista, nas políticas sociais e nos movimentos sociais. Teoria dialética [...] com visão de integração social e contraponto da visão de participação social, de cidadania e de luta de classes.

Anos 90 – Reforma curricular centrada na análise da “questão social” e nos fundamentos teóricos e históricos da profissão enquanto “processo de trabalho” – em sua implementação.

Com base no excerto acima, podemos dizer que é inegável os significativos avanços propostos pelas atuais DC. A partir dessas diretrizes aprovadas em 1996 cada instituição passou a elaborar sua grade curricular. Nessa direção, todo e qualquer currículo de formação profissional deveria atender aos princípios fundamentais elaborados no interior da ABEPSS (1996 p.6-7): flexibilidade e dinamicidade na formação profissional, rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, estabelecimento das dimensões investigativas e interpretativas, pluralismo, análise da realidade a partir da teoria social-crítica marxiana/marxista, apreensão da formação sócio histórica brasileira, compreensão das demandas com base na realidade concreta, exercício da profissão atendendo aos princípios do código de ética profissional (1993), da lei de regulamentação da profissão (1996) e do projeto ético-político da profissão.

Neste sentido busca-se com as atuais diretrizes formar profissionais que atuem de forma crítica, propositiva e interventiva nas múltiplas expressões da questão social, a partir competências e habilidades ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas, dentro de uma perspectiva de conectividade entre ensino, pesquisa e extensão. Propõe-se, assim, um ousado e corajoso projeto de formação profissional, considerando que o contexto de sua

formulação é marcado pelo avanço da programática neoliberal, pelo domínio do capital financeiro e pela supressão de direitos sociais dos trabalhadores:

A formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio institucional. A presente proposta parte da reafirmação do trabalho como atitude central na constituição do ser social. [...]. Esta concepção implica que o processo de trabalho do Assistente Social deve ser apreendido a partir de um debate teórico-metodológico que permita o repensar crítico do ideário profissional e, conseqüentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social. (ABEPSS, 1996, p. 8).

O processo de elaboração das DC de 1996, não se deu de forma homogênea, haja vista que constantes foram as divergências entre os profissionais envolvidos neste processo, principalmente no que se refere à definição do que seria o objeto de intervenção do serviço social.

De acordo com Faleiros, (2002, p.18), *“o que desconstrói o objeto é sua inserção teórica e prática nessa disputa de posições político-teóricas, nesse enfrentamento de paradigmas de compreensão da sociedade, de sua estruturação e mudança: é a perspectiva do conflito.”*. Avançando em sua análise, o mesmo autor pondera que:

A construção do objeto profissional não pode, assim, ser referida a conceito extremamente genérico sem levar em conta a história, as discussões, os debates dos projetos de sociedade e de intervenção profissional nas diferentes conjunturas. É preciso considerar, ainda, nas relações de poder e saber particulares, o processo de construção de estratégias de ação, as situações sociais complexas na relação de diferentes atores sociais envolvidos numa questão. Abre-se, assim, a possibilidade de o Serviço Social trabalhar ao mesmo tempo em redes de relações particulares e gerais para fortalecer a relação de força dos oprimidos nessa rede. Isto coloca a questão do objeto, ao mesmo tempo, nas relações estruturais e processuais, sem congelá-lo ou dogmatizá-lo e sem pulverizá-lo em milhões de ‘pequenos casos’ fragmentados, aparentemente desconectados do contexto e da história. (FALEIROS, 2002, p. 24).

Ainda, em conformidade com as avaliações de Faleiros (2000, p.167), a questão social é uma categoria ampla para ser apreendida como objeto específico de intervenção de um único profissional. De acordo com o autor, a forma genérica pela qual a questão social é compreendida a partir das DC já indica a impossibilidade de “tratá-la” por meio de uma profissão exclusiva.

A centralização da formação profissional na “questão social e no seu enfrentamento e no universo da produção e reprodução da vida social” (DC) pode vir, de novo, a reduzir a formação profissional à compreensão da teoria da reprodução das condições de produção (inclusive bem definidas por Althusser nos anos 60), fechando as possibilidades da crítica do interior do marxismo. Como já assinalamos

(Faleiros, 1997), a expressão 'questão social' tem um sentido muito genérico, historicamente variável e impreciso, configurando uma questão de toda a sociedade capitalista e não específica de uma profissão. As DC definiram um objeto abstrato, mas não enfrentaram o problema da especificidade profissional, e, portanto, não o resolveram. A questão é teórica e histórica e não pode ser superada sem levar em conta as lutas profissionais, as práticas concretas, os contextos históricos diferenciados as condições de ação. (FALEIROS, 2000, p.167, grifo do nosso).

Ao defender a política social como objeto da intervenção profissional, o mesmo autor menciona ainda que:

A política social compreende a relação Estado/Sociedade/Mercado e não deve ser confundida com intervenção profissional, que abrange um processo específico de trabalho em que o saber tem uma importância crucial e indispensável. Esse saber, o processo de identificação social, de organização, de elaboração de um código de ética e de reconhecimento legal é que vão definindo uma profissão. A corporação profissional é uma das forças que intervêm nesse processo de reconhecimento e constitui um grupo de interesse que participa da sua própria definição nas lutas por reconhecimento e conhecimento. (FALEIROS, 2000, p. 169).

Divergindo da posição de Faleiros, Marilda Iamamoto – importante protagonista nesse debate - compreende a questão social como objeto do serviço social, pois de acordo com ela, é nesta que se encontram o alicerce e a fundamentação do trabalho do assistente social. A questão social, assim, é compreendida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p.27).

Ainda de acordo com a autora, é necessário que o profissional atente para as transformações societárias em curso (Iamamoto, 1998) na perspectiva de compreender como estas repercutem no mercado de trabalho, conformando as condições objetivas (e subjetivas) da intervenção profissional. Isso porque, segundo a mesma autora, constata-se que a questão social se modifica ao passo que o capital se hegemoniza. Os impactos dessas grandes transformações no exercício profissional são incontestes, como resta evidente no processo iniciado nos anos 1970/1980 de reestruturação produtiva que tem imposto a trabalhadores e trabalhadoras condições de labor insalubres, precarizadas, informais, destituídas de direitos, entre outros. Dando continuidade à sua análise sobre o objeto da profissão no debate das DC, a autora sustenta que:

Alguns outros sustentavam a ideia de que as *políticas sociais* deveriam ser o elemento privilegiado para se pensar a fundação do serviço social na sociedade. O assistente social é o profissional que trabalha com a política social, de corte público ou privado e não resta dúvida ser esta uma determinação fundamental na constituição da profissão, impensável mais além da interferência do Estado nesse campo. Entretanto as políticas sociais públicas são *uma das respostas privilegiadas a questão social*, ao lado de outras formas, acionadas para o seu enfrentamento por

distintos segmentos da sociedade civil, que têm programas de atenção à pobreza, como as corporações empresariais, as organizações não governamentais, além de outras formas de organização das próprias classes subalternas para fazer frente aos níveis crescentes de organização social a que se encontram submetidas. (IAMAMOTO, 1998, P. 58. grifo da autora).

E continua a autora:

O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto a criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra, etc. Essas expressões da questão social são a matéria prima ou o objeto do trabalho profissional. Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho. (IAMAMOTO, 1998, p. 62, grifo da autora).

Diante disto, apreendemos também a questão social como objeto de intervenção do serviço social, uma vez que é nesta que se encontra a base sustentadora da ação profissional, pois é a partir da análise de suas particularidades que o profissional desenvolve políticas de intervenção ante as imposições do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, vemos as políticas sociais como respostas interventivas as expressões da questão social, haja vista que esta “[...] explica a necessidade das políticas sociais, mas as políticas sociais, por si, não explicam a questão social [...]”. (Iamamoto, 1998, p. 58, grifo da autora). No mesmo sentido, afirma ainda que “[...]os] assistentes sociais trabalham com as múltiplas expressões da questão social tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais, a partir das políticas sociais e de suas formas de organização da sociedade civil na luta por direitos.” (Iamamoto, 2014. p.160, grifo da autora).

Os debates em torno dessa e de outras polêmicas, como àquelas atinentes a relação entre serviço social e trabalho, as questões relativas ao estágio profissional e a compreensão da relação entre teoria e prática, não se esgotaram no processo de construção das DC e continuam a ser objeto de reflexões nos diferentes fóruns da profissão.

Seguindo essa mesma perspectiva, ao longo da formação profissional, educadores e educandos devem estar em constante diálogo, visando à troca de informações, experiências no que se refere a questões centrais como: reconhecimento da liberdade, ética profissional, defesa dos direitos, autonomia profissional, desafios profissionais, entre outros, problematizando o conteúdo dessas questões e os constrangimentos que estas sofrem no contexto da ordem do capital. É preciso entender que

O espaço profissional não está dado em si mesmo. Encontra-se em permanente e dinâmico processo de redimensionamento, cabendo aos profissionais entender e

detectar as tendências presentes na sociedade, apropriando-se das possibilidades historicamente dadas e transformando-as em propostas de trabalho. O que está em jogo é a relação entre conhecimento e realidade, entre teoria e prática social. [...], precisamos construir novas estratégias para formar, de fato, novos protagonistas que possam interferir no trabalho desenvolvido pelos profissionais, que possam rejeitar o codinome especialista em desenvolvimento social, como hoje são denominados os assistentes sociais e psicólogos da prefeitura de São Paulo. (CASTANHO e OLIVEIRA, 2010, p. 742).

Para enfrentar os desafios da realidade social concreta e atender aos objetivos da formação profissional constantes das atuais DC dos cursos de serviço social, essas foram estruturadas a partir de 3 (três) núcleos de fundamentação. Embora cada núcleo possua uma particularidade de estudos, é necessário amarrá-los cotidianamente na formação profissional. Nessa direção:

[...] ressalta-se a exigência de não incorrer no tratamento classificatório dos núcleos de fundamentação da formação profissional, quando da indicação dos componentes curriculares, uma vez que remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador da formação profissional. Portanto, os núcleos de fundamentação não são autônomos nem subsequentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social. (ABEPSS, 1996, p.10).

Para o que propomos aqui discutir, consideramos importante apresentar esses núcleos, articulados entre si, como já mencionado, de maneira que possamos referenciar as discussões sobre o debate do trabalho no processo de formação profissional. São eles:

2.2.1 Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social

Este núcleo tem por objetivo compreender o ser social enquanto partícipe da totalidade histórica em que vive. O ser social se funda e se desenvolve a partir do trabalho. É a partir dessa atividade que se dá o salto ontológico, ou seja, a passagem do ser inorgânico à vida (orgânica) e desta ao ser social dotado de consciência e pensamentos abstratos. Cabe ressaltar aqui que ao passar da condição de ser inorgânico à vida orgânica, este ser só voltará à condição anterior mediante a falência de sua corporeidade física e mental. Para Lukács, (2013, p. 243):

É preciso, pois, ter sempre presente que se trata de uma transição à maneira de um salto ontologicamente necessário – de nível de ser a outro, qualitativamente diferente. A esperança da primeira geração de darwinistas de encontrar o ‘*missing link*’ [elo perdido] entre o macaco e o homem tinha estágios de transição, jamais o salto em si mesmo. Mas também indicamos que a descrição das diferenças psicofísicas entre o homem e o animal, por mais precisa que seja, passará longe do fato ontológico do salto (e do processo real no qual ele se realiza) enquanto não puder explicar a gênese dessas propriedades a partir do seu ser social.

O ser, que agora surge, a partir do salto ontológico, dota-se de capacidade teleológica (atividade exclusiva do ser humano, que os diferencia dos demais animais, uma vez que estes últimos agem por estímulos, instintos, seus lapsos de “consciência” são um epifenômeno), ou seja, pré-idealiza o objeto antes em sua cabeça (tamanho, cor, formato, peso, etc), antes de objetivá-lo. Ao problematizar a atividade fundante do ser social, Marx (2013, p. 255-256) afirma:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes ao do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. (MARX, 2013, p. 255-256).

Deste modo, na medida em que o ser social se desenvolve a partir do trabalho ele põe em movimento sua corporeidade física e mental na condução de sua vida cotidiana, desenvolvendo condicionalidades objetivas e subjetivas de produção e reprodução de sua vida em sociedade, tornando desta forma trabalho e ser social categorias indivorciáveis no processo de constituição de ambos e da sociabilidade. (LUKÁCS, 2013). De acordo com Lessa e Tonet, 2008, p.17 “[...], por meio do trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas lançam as bases materiais para que se construam indivíduos”⁸. Neste sentido, temos que durante os milhares de anos que percorreu a história da humanidade a abelha construiu sua colmeia sempre da mesma forma (em estrutura, forma, matérias-primas utilizadas, etc.), no entanto, o ser social tem cada vez mais aperfeiçoado suas colmeias, tornando-as vezes mais resistentes, vezes mais quebráveis, vezes mais leves, vezes mais pesadas, etc., dependendo da particularidade do momento histórico em que se vive. É importante ressaltar aqui que o trabalho não é o único responsável pelo desenvolvimento do ser social, tal qual ele se apresenta hoje. Aquele trabalho se une a outros complexos como: fala, gestos, relações, etc. De acordo com Antunes, apud Remijo (2012, p. 24, grifo do autor):

O trabalho por ser a protoforma, originária ou genética, do processo da criação de um novo ser, não quer dizer que seja o único determinante da vida social, visto que outros complexos que surgem a partir do complexo do trabalho ganham certa autonomia e se tornam vitais para reprodução do ser social. A título de exemplo, pensemos que a supressão imediata da moral ou da linguagem no atual estágio das forças produtivas cessaria o intercâmbio das forças produtivas e tal retrocesso colocaria a humanidade em ponto de extinção. Em segundo lugar, operando com o sinal inverso, complexos como a linguagem tem potencialidade de ser o complexo

⁸ Aqui vale retornar a Lukács temos que “o trabalho modifica forçosamente também a natureza do homem que o realiza. A direção que assume esse processo de transformação está dada espontaneamente pelo pôr teleológico e pela sua realização prática. Como já mostramos a questão central da transformação interna do homem consiste em chegar a um domínio consciente sobre si mesmo.”. (LÚKACS, 2013, p.129).

fundante, como acreditava Habermas que a linguagem era a forma que o homem deixara de ser o macaco para tornar-se o *homo Sapiens Sapiens*.

Assim, a partir do momento em que o ser social passa a tomar conhecimento da capacidade de sociabilizar-se, universalizar-se, toma também conhecimento de que pode dominar territórios, construir comunidades, explorar outro de sua espécie em favor de seu “enriquecimento”. E, neste particular, considerando a forma social mercantil capitalista, o faz a partir da exploração da força de trabalho em troca de um salário que deveria servir para suprir as demandas para reprodução da vida social deste ser que trabalha.

Cabe lembrar, que existe uma diferenciação entre trabalho e trabalho assalariado. O primeiro compreende a categoria fundante e constitutiva do ser social, bem como o que possibilita à emancipação do ser humano das amarras que os prende a condição de animalidade irracional. O segundo é o que tem se tornado categoria principal para a reprodução e desenvolvimento do capitalismo, ou seja, este é o que possibilita a produção de mercadorias, exploração da força de trabalho, destruição do meio ambiente, etc. Lembramos aqui, também que a partir do surgimento do capitalismo o que passa a vigorar na sociedade é a produção de valor-de-troca e não mais o valor de uso produzido pelo trabalho concreto, como esclarece o pensamento marxiano:

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim a produção de valores de uso, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as formas de sociais. (MARX, 2013, p.261).

A evolução dos meios de produção, tecnologização do maquinário, avanço das telecomunicações, entre outros tem levado teóricos que estudam o mudo do trabalho a afirmarem que a teoria do valor trabalho ou a centralidade do trabalho esteja em vias de desaparecimento⁹, uma vez que, progressivamente, segundo estes teóricos, homens e mulheres têm trabalhado cada vez menos devido à automatização do processo de trabalho. Contrário a esta teoria permanece a tese que defende que o trabalho continua a ser o elemento central da sociabilidade humana. Esta, contudo, assevera que mundo do trabalho tem se tornado cada vez mais complexo, precarizado, insalubre, destituído de direitos e segurança, impondo a homens e mulheres, jovens e idosos, o subjugo a tais contraditoriedades em troca de um mínimo para sua sobrevivência. Tal precarização tem-se feito mais presente pós década de

⁹ Destacam-se, neste campo, as ideias defendidas por autores como André Gorz *Adeus ao proletariado: para além do socialismo* (1982) e Dominique Méda *Le travail une valeur en voie de disparition* (O trabalho: o valor em vias de desaparecimento. Tradução nossa). (1995).

1970 com o processo de reestruturação produtiva que alterou como um todo o processo de trabalho, a organização empresarial, bem como o próprio trabalhador (a).

No limiar das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, esta nova morfologia torna o trabalho flexibilizado, precarizado traduzidos em longas jornadas, perda de direitos, meio ambiente de trabalho insalubre, baixos salários, entre outros. Impondo a homens e mulheres, trabalhadores do centro da cidade e do campo, nacionais e imigrantes, jovens e idosos, trabalhadores formais e informais, qualificados e desqualificados, trabalhadores de todas as raças, credos e cores os ditames exploratórios do capitalismo contemporâneos. Uma vez que estes se veem obrigados a se submeter a tais, pois não veem outros modos de produzir e reproduzir sua vida social se não a de trabalhador assalariado. Este é o quadro que se inicia o século XXI um quadro de profundas contradições de classe, exploração da classe trabalhadora, expropriação do meio ambiente, sem é claro mencionar os quadros de corrupção, desmonte das políticas sociais, desemprego, violência, entre outros. (NUNES, 2014, p.05).

De modo genérico, com algumas divergências – como veremos posteriormente -, com maior ou menor disseminação no interior da categoria profissional, foi a matriz marxista que subsidiou as reflexões acerca do trabalho no contexto da revisão das DC do serviço social.

Neste sentido o núcleo de fundamentação ora mencionado propõe um estudo com afincos dos fundamentos necessários para a apreensão do ser social – constituído a partir da atividade fundante do trabalho -, da sociedade burguesa e da vida em sociedade.

2.2.2 Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira

Este núcleo propõe o estudo e o aprofundamento da particularidade brasileira em sua formação sócio-histórica, econômica, cultural, política, bem como a inserção do país no sistema capitalista na condição de uma economia dependente, a discrepância entre campo cidade (valorização do trabalho, especulação imobiliária, entre outros), as desigualdades sócio territoriais, etc. De acordo o disposto nas DC:

Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, social e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (ABEPSS, 1996, p.11).

Pode-se dizer que este núcleo reafirma a necessidade de situar a realidade brasileira no contexto do desenvolvimento do capitalismo mundial, sem perder de vista as particularidades nacionais, tanto do ponto de vista econômico-político, como do ponto de vista sociocultural. Ao mesmo tempo, incita os profissionais a pensarem o serviço social nesse contexto (geral e particular) de maneira a não entender sua dialética e dinamicidade como algo abstrato, mas

como fator determinante para apreender a forma de *ser e aparecer* da profissão, nos marcos da sociabilidade burguesa.

Relacionando as reflexões desse núcleo aos demais, o conhecimento da formação sócio-histórica brasileira possibilita ao serviço social compreender como as particularidades dessa realidade repercutem sobre o mercado de trabalho profissional, tanto do ponto de vista da sua inserção nesse mercado como o das demandas da população usuária que, em geral, encobrem as reais necessidades sociais dos trabalhadores, no contexto do capitalismo periférico.

2.2.3 Núcleo fundamentos do trabalho profissional

Tem por fundamento a apreensão do trabalho profissional especializado e sua ação profissional ante as múltiplas facetas da questão social. De acordo com Yamamoto, (2014, p. 168):

A questão social não é se não as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social.

Na perspectiva apresentada nas DC atuais, esse entendimento, permite ao assistente social compreender os elementos principais de sua intervenção profissional. Remete, pois, a entender o serviço social inserido na divisão social e técnica do trabalho, bem como uma ação profissional especializada, capaz de apreender a sociedade e seu conjunto de características, contradições e mediações no seio do desenvolvimento do capitalismo.

O significado social do trabalho do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. Ainda que a natureza qualitativa dessa especialização do trabalho se preserve nas várias inserções ocupacionais, o significado social de seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições em que se realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações sociais distintas (IAMAMOTO, 2014, p.215).

Assim, o cariz interventivo do profissional requer um estudo analítico da realidade concreta, do espaço socioinstitucional em que se insere de suas condicionalidades objetivas e subjetivas de trabalho, do território de atuação profissional, recursos disponíveis para projetos, programas sociais, entre outros.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe e seu próprio processo de trabalho.

Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais. Estas formas de pensar implicam formas de agir, ou seja, a instrumentalidade da profissão (Guerra, 1995), reconhecendo seus aspectos tradicionalmente consolidados, mas também buscando novas formas de ação profissional. Tal fundamentação e instrumentalidade são os componentes que permitem a compreensão do cotidiano da vida dos usuários. (ABEPSS, 1996, p.13-14).

Nesse núcleo de fundamentação, portanto, o projeto de formação vislumbra o desenvolvimento de habilidades e competências teóricas, políticas e metodológicas que permitam ao assistente social direcionar sua ação profissional ao atendimento das necessidades dos trabalhadores, consubstanciando esse seu agir nos princípios éticos e políticos defendidos pelo conjunto da categoria profissional.

Os núcleos de fundamentação, como supracitado, atravessam toda a formação profissional do assistente social. A inobservância a algum destes núcleos implica em uma formação defasada, precária, não condizente com a perspectiva de formação do futuro profissional que irá atuar direta ou indiretamente na realidade concreta em que ele mesmo vive, uma vez que este também é um trabalhador que vende sua força de trabalho e, como tal, também está exposto às contradições oriundas da relação entre capital e trabalho. Neste sentido, do assistente social se exige uma permanente articulação entre sua ação profissional e a realidade em que atua.

Pode-se concluir que articular a profissão e a realidade é um dos maiores desafios, pois entende-se que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade. Nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura – com o foco privilegiado na questão social –, não são apenas *o pano de fundo que emolduram o exercício profissional*; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social, devendo ser apreendidas como tais. O esforço está, portanto em *romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade*, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter o exercício profissional. (IAMAMOTO, 1998, p. 55, grifo da autora).

Do que foi até aqui exposto, podemos dizer que, sim, do ponto de vista da perspectiva da formação profissional, o serviço social brasileiro conseguiu avançar significativamente nas últimas duas décadas, especialmente. Contudo, isso não significa que este processo tenha sido (e ainda vem sendo) desenvolvido isento de contradições e lacunas que precisam ser superadas. Na intenção de pontuarmos algumas dessas contradições, passemos, então, agora, a analisar os desafios da implantação das DC do curso de serviço social, a partir das teleologias que expressam aquele projeto de formação.

2.3 Desafios colocados à implementação das DC do curso de serviço social

Anteriormente mencionamos o processo de contrarreforma da educação superior no Brasil pós-adoção das políticas neoliberais, nas diretrizes da LDB. Tais diretrizes levaram a um avanço do ensino privado no país, bem como a um processo de sucateamento do ensino público. De acordo com Guerra (2010, p. 724) as contrarreformas na educação têm por intuito priorizar uma formação profissional que atenda aos interesses e orientações do Banco Mundial. Nesse sentido, a autora afirma que houve a “democratização” do acesso ao ensino superior, seja nas instituições públicas - através do processo REUNI -, seja nas instituições privadas - com a facilitação do financiamento de crédito, com destaque para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Com Fernando Henrique demarca-se a expansão do setor privado empresarial. Atualmente, há uma larga hegemonia do setor privado no que concerne aos cursos de graduação. Por outro lado, a pós-graduação *stricto sensu* encontra-se majoritariamente em instituições públicas e financiadas por agências estatais. Em princípio, por meio de uma análise rápida e superficial da situação, parece haver uma incoerência entre a exigência do sistema de pós-graduação *stricto sensu* e a mediocridade do ensino na formação graduada. Mas essa ambiguidade é mera aparência, já que ambos estão submetidos à lógica do mercado e aos interesses do empresariado. (GUERRA, 2010, p. 725, grifo da autora).¹⁰

Neste sentido, ao orientar-se pelo viés mercadológico a formação universitária passa a favorecer mais claramente os interesses econômicos hegemônicos e, no mesmo processo, cria um hiato no tripé ensino, pesquisa e extensão, como já assinalamos. Para confirmar tal análise basta nos atentarmos ao grande número de multinacionais inseridas nas universidades públicas (Gregório, 2015).

Nesta referida “democratização” do acesso ao ensino superior cabe elencar algumas análises referentes à formação profissional em serviço social. Embora nos últimos anos se tenha, de fato, ampliado o número de vagas nas instituições de ensino públicas particularmente, o processo de formação profissional tem se mostrado cada vez mais precário devido à redução do financiamento, redução do número de concursos públicos para professores, falta de salas de aula (há universidades criadas em todo o país - fruto do processo REUNI – nas quais as aulas estão sendo ministradas em containers), falta de infraestrutura básica, aumento do número de alunos por professores, pouco ou nenhum incentivo à permanência estudantil (principalmente com o recente corte de verbas e/ou bolsas permanência para os alunos com vulnerabilidade econômica), elevação da jornada de trabalho

¹⁰ A autora aqui está fazendo referência aos cursos em geral.

dos docentes, metas por produtividade (a palavra correta é produtivismo) acadêmico de docentes, entre outros aspectos. Isto tem levado a um processo constante de adoecimento profissional, perda da qualidade do ensino, quantidade em detrimento de qualidade, alto índice de evasão escolar, etc., havendo particularidades a respeito desses aspectos mencionados ao se considerar a realidade das instituições públicas e a das particulares.

Iamamoto (2000, p.38-40) nos adverte que devemos:

Avançar na direção apontada – na luta pela consolidação da hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social nos âmbitos do trabalho e da formação universitária – requer a sabedoria de antecipar sugestões, jogar com as cartas da política do ensino superior na busca de reverter ou conduzir seu processo e resultados para os horizontes pretendidos. [...]. Realizar, enfim, uma ‘vigilância cívico-acadêmica’, de modo a apropriar-se das possibilidades de interferência – dentro dos limites presentes – nas regras do jogo que regem a formulação e implementação da política do ensino superior, no cotidiano das relações que conformam a vida universitária e o exercício profissional. [...]. O foco da crítica está voltado à universidade pública, ainda que ofereça ensino de melhor qualidade que as universidades privadas. Todavia estas, regidas por critérios empresariais, são tidas como a referência organizacional. Consideradas mais ágeis, eficientes, financeiramente equilibradas, apresentam maior diferenciação institucional e menor índice de conflitos e tensões políticas.

Quando passamos a analisar as unidades de ensino privado¹¹ observa-se um constante processo de precarização da educação com a adoção de currículos esvaziados, falta de discussão, material sucateado, de pouca qualidade, não observância à política de estágio que rege a formação profissional em serviço social, pouca ou nenhuma cobrança pela qualidade do ensino por parte dos discentes, certo índice de evasão também por causa da crise que cada vez mais se assevera no interior da sociedade e a falta de dinheiro para pagar mensalidades, entre outros. Nos dizeres de Guerra (2010, p. 728), as instituições de ensino privado não são se não uma “fábrica de diplomas”, ainda que isso não possa ser considerado uma regra, haja vista que em muitas delas atuam profissionais comprometidos com uma formação socialmente referenciada. Quando se parte para o estudo do trabalho docente a situação é pior do que ousamos imaginar.

O trabalho docente em instituições privadas tem como características os contratos temporários, a insegurança, a instabilidade, a rotatividade, o assédio moral por parte de patrões e até de alunos, a redução dos encargos trabalhistas, a desresponsabilização dos empregadores pelo pagamento dos direitos trabalhistas, a exemplo do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), a ausência da contribuição previdenciária, décimo terceiro salário, férias. Ainda mais, de modo geral, o valor da remuneração do trabalho pago aos professores não leva em conta as titulações acadêmicas, nivelando-os por baixo, tudo com amparo legal. (GUERRA, 2010, p. 728-9)¹².

¹¹ Agrega-se aqui o ensino a distância cada vez mais em alta no Brasil.

¹² Em nota de rodapé a autora cita o exemplo da PUC-SP. Segundo ela, o curso de serviço social foi pioneiro na formação de assistentes sociais no país, muitos reconhecidos internacionalmente. No entanto, recentemente tem-

Concretamente falando, o Brasil conta hoje com 2380 unidades¹³ de ensino superior privado, contra 285 unidades¹⁴ de ensino superior público. Como nosso foco de análise é o curso de serviço social presencial, nos utilizaremos, aqui, de alguns dados relativos a essa realidade especificamente.

No Brasil, na modalidade presencial, são 415 instituições de ensino privado que oferecem o curso de serviço social e 58 instituições de ensino público. Filtrando nossa pesquisa para o Estado de Santa Catarina, apenas uma instituição de ensino pública oferece o curso na modalidade presencial (a Universidade Federal de Santa Catarina) e, em contrapartida, são 13 instituições privadas (ou de natureza jurídica mista)¹⁵.

Diante destes dados, notamos o quão difícil é para a ABEPSS acompanhar/fiscalizar a implementação das atuais diretrizes da formação contidas no projeto político pedagógico de todas estas instituições de ensino. É preciso levar em conta que, de acordo com a própria ABEPSS, nem todas as instituições de ensino são filiadas à associação, principalmente as mais novas e algumas tampouco possuem interesse de se filiar. Outros desafios se colocam em virtude da política adotada pelo próprio MEC, em particular no que se refere à redução do número de concursos públicos para professores, redução de verbas para infraestrutura, recursos materiais e, ainda, a efetivação de ações que provocam a dissociação entre ensino, pesquisa e extensão. Em conformidade com as análises de Cardoso (2000, p. 9).

Orientada pela lógica empresarial, a perspectiva do MEC quanto à avaliação, é, portanto, de rentabilidade imediata do investimento em educação (relação custo/benefício) priorizando a quantificação em detrimento da qualidade do ensino da pesquisa e da extensão. [...]. Nesse processo evidenciam-se inúmeras polêmicas e desafios que, do nosso ponto de vista, têm contribuído para o avanço qualitativo do debate em andamento no interior da categoria e com interlocutores de áreas afins.

Voltando nossa atenção às DC, podemos dizer que inicialmente houve um processo de desconfiguração das diretrizes elaboradas pela ABEPSS, por parte do Conselho Nacional de Educação¹⁶, fato mencionado por autores da área:

A partir das (e por causa das) tendências que vêm orientando a política nacional de educação superior, no momento da aprovação das DC pelo CNE, em 2001, estas foram esvaziadas da concepção original de formação crítica presentes nas DC

se sentido um processo de “expulsão” de docentes. Uns por via de aposentadoria outros por via de demissão (in)voluntária.

¹³ Compreende instituições com fins lucrativos, sem fins lucrativos e privadas beneficentes. É necessário que se fale que um mesmo grupo de instituição de ensino privado pode ser dono de vários polos de ensino.

¹⁴ Compreende instituições de ensino municipais, estaduais e federais.

¹⁵ Os dados foram retirados mediante consulta avançada no *site* do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 9 dez. 2015.

¹⁶ Doravante se referiremos a este como CNE.

aprovadas pela ABEPSS e pelas unidades de ensino em 1996. (BOSCHETTI, 2004, p. 22).

O que estamos querendo dizer é que houve uma significativa redução por parte do CNE do projeto político pedagógico para formação profissional em serviço social, tal qual podemos confirmar ao analisar os pareceres e resoluções¹⁷ aprovados por esse mesmo conselho, para o curso de serviço social em 2001/2002. Para Boschetti (2004), tal redução não se deve por simples resumo ou formatação do conteúdo, mas, sim, por estas incidirem em um projeto de formação profissional contrário à programática neoliberal adotada pelo Estado brasileiro e que se materializa nas políticas do próprio MEC a partir dos anos 1990. Ao analisar os projetos pedagógicos dos novos cursos que à época emergiam, a autora sinaliza que estes passavam a se orientar pelas diretrizes mínimas aprovadas pelo CNE e não pelo projeto aprovado em assembleia pela ABEPSS. De qualquer maneira:

[...]. O processo de implementação dessas diretrizes se apresenta como um amplo movimento de resistência e confronto por meio da luta em torno de uma formação ético-política com base na teoria social de Marx e na tradição marxista comprometida com as lutas emancipatórias da sociedade. Reafirma, assim, a direção social e política da formação profissional referenciada nas diretrizes contidas no currículo mínimo de 1982, nos códigos de ética profissional de 1986 e 1993, bem como a lei que regulamenta a profissão de 1993 e consubstancia-se na produção intelectual e na prática profissional da categoria sustentada na teoria crítica. (CARDOSO, 2007, p.37).

O contexto de ações neoliberais sobre a educação superior tem revelado um profundo impacto sobre a implementação das DC. Diante disto, é necessário que nos posicionemos contra toda e quaisquer formas de mercantilização do ensino público com vistas a desqualificar a formação profissional não só em serviço social, mas em todas as áreas do conhecimento.

A formação profissional em Serviço Social, seguindo as orientações supracitadas, bem como as orientações das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, tende a garantir uma qualificação ao aluno/a diferente da formação proposta pelo direcionamento burguês, principalmente porque todos os componentes curriculares são respeitados, mesmo diante das adversidades cotidianas. O estágio supervisionado se coloca como um desses componentes substanciais a formação de qualidade, visto que é uma atividade indispensável no currículo da profissão, por viabilizar ao discente o contato com a realidade profissional, as demandas, os limites, os desafios cotidianos e a incansável luta pela promoção do acesso aos direitos. (ROCHA, 2015, p. 7).

Este processo de mercantilização da educação, concomitante ao aligeiramento da formação profissional, a campos de estágios curriculares em discordância com as diretrizes da Política Nacional de Estágio (PNE), etc., dificultam cada vez mais a formação de um

¹⁷ Parecer CNE/CES 492/2001 e 1.362/2001 e Resolução CNE/CES 15/2002.

profissional crítico, atento às contradições da realidade social concreta. Este estado de coisas, tem, cada vez mais, “condenado” a profissão a uma postura de subalternidade nos diversos espaços de trabalho, seja na esfera privada, seja na esfera pública. É necessário, que confrontemos esta realidade sem medo, pois como nos diz Motta (2012), “o profissional com medo do confronto, da luta não deve ser assistente social”.

Coletivamente, a categoria vem tentando enfrentar os desafios que se colocam a formação profissional de qualidade, através da produção teórica de crítica a esta realidade, dos embates nas universidades contra a ofensiva dos programas governamentais de “ampliação” do acesso ao ensino superior, nos debates promovidos pelas entidades representativas da categoria para esclarecimento e fortalecimento das nossas posições, dentre outras estratégias. Esse enfrentamento se faz por entender que essa formação proposta não garante a capacidade de leitura crítica do real para o desenvolvimento de ações mobilizadoras e transformadoras, e que o ideal é a ampliação de vagas nas universidades públicas, somada a criação das condições estruturais necessárias para tal (ROCHA, 2015, p. 11).

É necessário levarmos dois aspectos em consideração nesta análise sobre a formação em tempos de regressão de direitos. O primeiro se refere ao fato de termos que construir projetos pedagógicos focados na formação profissional crítica, contra a ordem monopólica vigente, que possibilite a formação de um profissional à luz das dimensões teóricas, éticas e políticas em consonância com as DC, do código de ética profissional e do projeto ético político. O segundo aspecto diz respeito à necessidade de podermos contar, nas unidades de ensino, com um corpo docente comprometido com os princípios norteadores da formação profissional defendida pelo conjunto da categoria. A realidade nos tem mostrado, contudo que, quanto a esse aspecto, docentes (de instituições públicas e privadas), têm se aproximado progressivamente do ideário neoconservador. Neste sentido “confrontar” com estes é também um desafio ético-político a ser enfrentado tanto do ponto de vista dos sujeitos profissionais no seu cotidiano de trabalho, como do ponto de vista da programática política adotada pelas instituições representativas da profissão.

O neoconservadorismo de hoje é bem diferente do conservadorismo do movimento de reconceituação. Pois este não nega o marxismo, ele cria outro marxismo: o marxismo analítico, o marxismo da escolha nacional e o funcionalismo marxista. Pois em todos os currículos se encontra “a produção da mais-valia”, mas apenas como nominação, pois do arsenal marxiano é retirada a questão do método, a história, a teoria da revolução e só sobram os conceitos. E sem fatalidade nem mérito não passam de formulações abstratas. Esse processo de transformação/redução da teoria marxiana é o que está acabando com as diretrizes curriculares da ABEPSS. É o formacionismo teórico em detrimento de uma visão histórica de totalidade social. (MOTA, 2012.).

Diante do exposto até aqui, cremos que devemos lutar pela afirmação de que o projeto de formação profissional desenhado pela luta política da categoria é indissociável do projeto

de sociedade que visamos construir. Sob a ofensiva do neoliberalismo, temos parte de assistentes sociais e estudantes que buscam tal transformação. É sabido que o projeto ético-político não é algo materializado como um livro, por exemplo, e como nos afirma Neto (1996), ele está em constante processo de transformação. Neste sentido, devemos fazer parte deste processo de construção, nas salas de aula, nos eventos da categoria, na produção de conhecimento, nos campos de estágio, na ação profissional, etc.

Deparamo-nos, atualmente, com um intenso processo de precarização da formação profissional em nome da contrarreforma do ensino superior, na qual o projeto político pedagógico elaborado pela ABEPSS passa a ser substituído por currículos flexíveis, esvaziados e não atentos à análise do movimento da realidade concreta em que atuará profissionalmente o futuro assistente social, formando, conseqüentemente, um profissional despreparado do ponto de vista político, ideológico, teórico-prático, para enfrentar as demandas a ele apresentadas no mercado de trabalho.

De acordo com Iamamoto (2014, p. 633) a formação em serviço social sofre algumas mutações que merecem destaque em nossos estudos: expansão de vagas, criação de instituições de ensino privadas não universitárias, condições precárias de trabalho para os docentes (recursos materiais, nova regras de aposentadoria, exigências por produtividade, elevação quantitativa da relação aluno/professor), entre outros.

Em sua análise, Iamamoto (2014, p. 634) nos aponta alguns desafios:

Dar continuidade aos estudos sobre as incidências da política de educação superior — em suas tendências de crescente e privatização e mercantilização — no trabalho docente, no nível da formação acadêmica, na submissão do conhecimento às demandas do mercado e na alienação das atividades do pesquisador. 2. Zelar pelo aperfeiçoamento da qualificação teórico-metodológica e ético-política dos assistentes sociais, denunciando o aligeiramento da formação profissional decorrente da subordinação da educação superior à lógica da lucratividade. 3. Aprofundar a pesquisa sobre as vertentes teórico-metodológicas que têm marcado presença no debate profissional a partir do período 1980-90. 4. Apoiar o diálogo acadêmico respeitoso e plural entre as diferentes perspectivas de leitura e análise da profissão no cenário mundial, afirmando sua dimensão educativa e seu compromisso com os direitos humanos e a justiça social. 5. Estimular pesquisas sobre as metamorfoses do mercado de trabalho e dos espaços ocupacionais do assistente social nos âmbitos do Estado bem como das empresas capitalistas e organizações civis não lucrativas. 6. Cultivar uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho do assistente social e da qualidade dos atendimentos, potenciando a nossa autonomia profissional segundo os preceitos éticos que regem o exercício profissional. 7. Impulsionar estudos históricos sobre a formação sócio-histórica do Brasil e a América Latina, favorecendo estudos comparados. 8. Analisar as mudanças observadas no perfil do sujeito profissional a partir dos anos 1990: quem é o assistente social hoje? 9. Enriquecer a pesquisa sobre os sujeitos sociais que são o alvo privilegiado das ações profissionais — os segmentos da classe trabalhadora em seus recortes de gênero, etnia, geração, território —

enfrentando as abordagens focalizadas e individuais que obscurecem a sua dimensão coletiva.

Nas DC que orientam a formação profissional consta que um dos pilares principais que compõe a formação em serviço social é a dimensão investigativa e interventiva da realidade concreta e a indissociável articulação entre a supervisão acadêmica e de campo na condução dos estágios profissionais. Aliás, em relação a esse componente curricular, inúmeros desafios ainda restam ser enfrentados no processo de implementação das DC. Ainda que, aqui, não possamos aprofundar também esse aspecto, consideramos importante destacar que:

O estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se dá no contexto da formação profissional sob supervisão sistemática a partir da inserção do/a aluno/a nos diversos espaços sócio ocupacionais da categoria, visando a sua capacitação para o exercício profissional. Entretanto, ‘A contrarreforma do Estado e os impactos na Política de Educação Superior trazem novas configurações para a formação profissional, conseqüentemente, novos rebatimentos no processo de supervisão de estágio’. (LEWGOY, 2013, apud Rocha, 200, p. 7).

Muitas vezes o estágio corrobora e reproduz as condições precárias de trabalho que são enfrentadas por profissionais e, também, pelos discentes na condição de estagiários. Além disso, em detrimento da função pedagógica desse componente curricular, o estágio quando remunerado não raramente é utilizado pelo estudante como uma estratégia de sobrevivência em face da ausência de uma política continuada de permanência na universidade, especialmente naquelas de natureza privada, nas quais o discente precisa pagar para nela concluir seus estudos.

No ano de 2007, com a elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil se deu a institucionalização de ações de assistência aos estudantes de universidades e institutos de ensino superior federais, através do decreto nº. 7.234¹⁸. Silveira, (2012, p. 48), nos alerta que:

Ao iniciar a discussão sobre a assistência estudantil, é importante termos clareza que apenas a oferta da vaga não é suficiente para alunos oriundos de famílias pertencentes às camadas economicamente baixas da sociedade conseguirem cursar uma instituição escolar, pois essa nova situação acaba gerando gastos com os quais a família não tem condições financeiras de arcar e que se não houver uma política social efetivada, provavelmente poderá acarretar o abandono por parte do aluno. [...]. Assim, faz-se necessária uma política de permanência que possibilite uma assistência a esse estudante, a fim de que ele possa permanecer na universidade e concluir o curso.

A assistência estudantil deve desta forma, ser vista a partir de uma perspectiva de direito através do investimento financeiro a todos/as estudantes, com respeito e análise de

¹⁸ Brasil. Decreto Nº 7.234. Dispõe sobre a política nacional de assistência estudantil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em 20/01/2016.

suas particularidades socioeconômicas, de modo que “crie” condições iguais de oportunidades, de desempenho acadêmico, de permanência, redução da evasão escolar, entre outros.

Na concepção de Silveira (2012, p. 49):

A política de assistência estudantil deve compreender ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

No entanto o que temos visto é o oposto. Com o avanço dos programas REUNI e PROUNI que expandiram as vagas nas instituições de ensino superior, o número de bolsas permanência ainda continua irrisório e não atende à real demanda dos estudantes que dela necessitam para se manterem nas universidades. Essa insuficiência de cobertura da política estudantil implementada pelo governo federal contribui, cada vez mais, com a evasão dos cursos, formação de má qualidade, entre outros. Agrega-se a isto, o fato do valor das bolsas não coincidirem com o custo de vida de determinadas cidades do país. Sendo assim, o que era para ser um auxílio estudantil torna-se a única fonte de renda para que o/a estudante reproduza sua vida social, impondo-lhe a procura por outra fonte complementar de renda: estágio – como afirmamos anteriormente –, um emprego precário, etc. E, sob tais condições, o/a discente tem de conciliar trabalho e estudos, ao longo de sua formação profissional.

Assim, defender as DC em comento, depende também de vinculá-la as lutas mais gerais da sociedade e, em particular, àquelas que se opõem a toda e quaisquer formas de privatização e mercantilização da educação¹⁹. Cabe aqui o desafio de defender o ensino público, presencial, gratuito e de qualidade, pois neste contexto de ideologia neoliberal, precarização e mercantilização do ensino, observamos um quadro defasado na educação superior presencial - quiçá na educação à distância, na qual cerca de 85% das aulas são no modo vídeo.²⁰ O enfrentamento desses desafios “[...] é um papel ao mesmo tempo teórico e político. Teórico na incorporação e consolidação destes princípios no currículo, e político na capacidade de sua transformação em estratégias de resistência.”. (BOSCHETTI, 2004, p. 30).

¹⁹ Lembramos, aqui, da campanha “educação não é *fast-food*”, do CFESS, em defesa da qualidade do ensino e que se caracterizava como um manifesto contra a formação profissional a distância em serviço social, que pouco depois de ser lançada foi censurada pelo governo federal.

²⁰ Deixemos claro que não somos contra os alunos de tais cursos, mas não concordamos com o tipo de formação que lhes é ofertada: falta de transparência nos dados, dissonâncias de seu projeto político pedagógico com as diretrizes da ABEPSS e até do próprio MEC, não cumprimento da Lei Nacional de Estágios, entre outros.

Precisamos, pois, de acordo com Boschetti (2004), entender o significado real dos fundamentos que envolvem as DC do curso de serviço social que defendemos e, mais, ter clareza de que tipo de profissionais queremos formar. Não nos atentar a tais questões não é se não um retrocesso ao retrocesso, ao endogenismo de produção e reprodução das relações sociais fatalistas, deterministas e conservadoras que há pouco “rompemos”.

Diante do que expusemos até então, é possível perceber que há inúmeras questões que ainda estão na ordem do dia em virtude da implementação da teleologia presente nas DC. Considerando nossa proposta de estudo, passaremos, na próxima seção, a analisar o intenso debate que tem ocorrido no interior da profissão pertinente à polêmica relação entre serviço social e trabalho. Para tal, tomaremos como referências os textos de Sergio Lessa (2000, 2007, 2012.), Gilmaísa Costa (1999) e Marilda Iamamoto (1982, 1998, 2007), procurando explicitar as principais divergências entre esses autores a respeito daquela polêmica. Na sequência, procuraremos analisar como a categoria trabalho tem sido problematizada nas propostas curriculares dos cursos de serviço social presenciais, no contexto catarinense.

3. AS ABORDAGENS DA RELAÇÃO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: CONFRONTANDO POSIÇÕES TEÓRICAS

Nessa seção analisaremos, num primeiro momento, as polêmicas que tem surgido no interior do serviço social brasileiro no que se refere à relação entre trabalho e serviço social. Começaremos nossa exposição com as reflexões de Marilda Iamamoto em seu livro - em coautoria com Raul de Carvalho - *Relações sociais e Serviço Social no Brasil* (1982). Nesta produção a autora já defendia que o serviço social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. Posteriormente, numa publicação intitulada *Serviço social e contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (1998), a autora defende a ideia de que o serviço social é trabalho e, como tal, possui um objeto (questão social) sobre o qual incide a ação do trabalho profissional por meio de um acervo técnico-operativo. Em seu livro *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social* (2007), a autora enfrenta críticas feitas a sua abordagem e, no nosso entendimento, adensa suas reflexões a respeito daquela relação.

Avançando em nossa exposição, apresentaremos algumas reflexões sobre a dissertação de mestrado de Gilmaísa Costa - orientada por Sergio Lessa - intitulada *Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na*

ontologia de George Lukács (1999). A autora situa o serviço social no campo da ideologia. O serviço social, segundo ela, não seria, contudo, apenas uma ideologia que atua nos conflitos de classe, mas uma ideologia “pura”, ou seja, constituindo um tipo de práxis que procura compreender o ser humano (em gênero), assim como a arte, a filosofia, a sociologia, etc. (Tristão, 2001, p. 21).

Na sequência analisaremos as defesas de Sergio Lessa a partir de dois de seus livros: *Serviço social e trabalho: do que se trata?* (2000), *Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo* (2007) e *Serviço Social e Trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho* (2007). Em ambas as produções o autor advoga que o serviço social não pode ser considerado trabalho do ponto de vista dos fundamentos marxianos, uma vez que não participa diretamente da transformação da natureza para criação de valores de uso para a sociedade e, tampouco, a intervenção profissional ocorre numa relação entre sujeito e objeto (natureza), mas numa relação puramente social (sujeito-sujeito).

3.1 As contribuições e posições de Marilda Iamamoto nos debates sobre o serviço social e trabalho

Iamamoto em *Relações Sociais e serviço social no Brasil* (1985) – livro escrito em parceria com Raul de Carvalho - já dava importantes indicativos para pensar o serviço social inserido na divisão social e técnica do trabalho, ainda que o assistente social imediatamente não participe do processo de valorização do capital. O processo de transformação do serviço social em profissão permitiu que seus agentes pudessem vender sua força de trabalho como mercadoria no mercado de trabalho. Nesse sentido, a autora afirma:

O exercício profissional do Assistente Social, conforme o já apontado, não se insere, de modo imediato, no processo de produção de produtos e de valor, isto é, no processo de valorização do capital. A profissão se institucionaliza dentro da divisão capitalista do trabalho, como partícipe da implementação de políticas sociais específicas levadas a efeito por organismos públicos e privados, inscritos no esforço de legitimação do poder de grupos e frações das classes dominantes que controlam ou têm acesso ao aparato estatal. Na operacionalização de medidas instrumentais de controle social, o emprego de técnicas e tecnologias sociais é largamente utilizado, enquanto meios de influenciar a conduta humana, adequando-a aos padrões legitimados de vida social, manipulando racionalmente os problemas sociais, prevenindo e canalizando a eclosão de tensões para os canais institucionalizados estabelecidos oficialmente. Entre essas tecnologias encontra-se o serviço social. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1985, p. 112).

Nos seus argumentos a autora afirma que o serviço social se constitui numa práxis voltada para a reprodução das relações sociais. Para Iamamoto e Carvalho (1985, p. 94):

Poder-se-ia afirmar que o serviço social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade *auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto a classe trabalhadora*. [...] Intervém, ainda, na *criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho*, através da mediação dos serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado, que constituem o suporte material de uma ação de cunho ‘educativo’, exercido por esses agentes profissionais. (grifo dos autores).

Como se observa, Iamamoto e Carvalho (1985) destacam o fato de o assistente social ter sua prática sujeita às imposições de seu empregador, seja ele o Estado, ou empresa privada.

É necessário deixar explicitado que o debate em torno da apreensão do serviço social como trabalho, foi tema de debate no processo de construção das diretrizes curriculares para a formação profissional em serviço social.

Na década de 1990 a autora publica outro importante livro sob o título *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (1998). Merece relevo o fato de que esta publicação ocorre após um significativo conjunto de mudanças econômicas e políticas que marcam a realidade brasileira (e também internacional) nas décadas de 1980 e 1990: o movimento de redemocratização, a promulgação da Constituição Federal de 1988, os processos de mercantilização e privatização das políticas sociais, a revisão e construção de novas diretrizes curriculares para os cursos de serviço social, a queda do muro de Berlim e o fim da guerra fria, entre outros. Em suas análises a autora não desvincula o desenvolvimento do serviço social com os processos mais amplos próprios do desenvolvimento da sociedade capitalista. Nesse sentido pondera que:

A profissionalização e o desenvolvimento do serviço social são fruto do padrão de desenvolvimento do pós-guerra, sob a hegemonia norte-americana, tencionado pela guerra fria, ante as ameaças comunistas. Esse padrão de desenvolvimento demarca um largo ciclo expansionista da economia internacional, sob a liderança do setor industrial. (IAMAMOTO, 1998, p.29).

Antes de realizarmos quaisquer alusões acerca da compreensão da autora sobre o serviço social como trabalho, devemos destacar as reflexões por ela trazidas em torno dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social que deram subsídios para pensar a própria revisão curricular, concluída em 1996. Segundo Iamamoto (1998, p. 57-58):

A compreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social que informa a revisão curricular parte da premissa que decifrar a profissão exige apreendê-la sob um duplo ângulo. Em primeiro lugar, abordar o Serviço Social como uma profissão socialmente determinada na história brasileira. Em outros termos, analisar como o Serviço Social se formou e desenvolveu no marco das forças societárias, como uma especialização do trabalho na sociedade. Mas pensar a profissão é também pensa-la como fruto dos *sujeitos que a constroem e a vivenciam*.

Sujeitos que acumulam saberes, efetuam sistematizações de sua 'prática' e contribuem na criação de uma *cultura profissional*, historicamente circunscrita. Logo, analisar a profissão supõe, abordar, simultaneamente, *os modos de atuar e de pensar* que forma por seus agentes incorporados, atribuindo visibilidade às bases teóricas assumidas pelo Serviço social na leitura da sociedade e na construção das respostas à questão social. (grifo da autora).

Nessa produção, a autora afirma que a questão social é a matéria-prima do trabalho do assistente social e, como tal, deve ser apreendida como uma particularidade do trabalho inserida em um processo de trabalho (Iamamoto, 1998, p. 59). Da afirmação de que a profissão tem um objeto decorre a afirmação de que, no seu processo de trabalho, o assistente social incide sua ação sobre uma matéria-prima (a questão social), utilizando-se de meios e instrumentos de trabalho.

Iamamoto advoga que a escolha da categoria trabalho não se deu por mero acaso. A defesa dela está no fato de esta categoria ser fundamental na sociabilidade humana, na qual o ser social satisfaz suas necessidades no e pelo trabalho. É este que possibilita ao homem/mulher se definir enquanto ser social partícipe de uma sociedade e a se ver enquanto tal ele se afasta dos demais seres vivos. Nesta perspectiva, o trabalho é a categoria intrínseca ao ser social independente de ser material, artístico, intelectual, etc.. (Iamamoto, 1998, p. 60). Fiel à teoria social crítica, a autora nos diz que:

O trabalho é, pois, o selo distintivo da atividade humana. Primeiro, porque o homem é o único capaz de projetar, antecipadamente, na sua mente resultado a ser obtido. Em outro, termos, no trabalho tem-se uma antecipação e projeção de resultados, isto é dispõe de uma dimensão teleológica. Mas o homem também é o único ser que é capaz de criar meios e instrumentos de trabalho, afirmando essa atividade caracteristicamente humana. É pelo trabalho que as necessidades humanas são satisfeitas, ao mesmo tempo em que o trabalho cria novas necessidades. (IAMAMOTO, 1998, p.60).

Afirmando se basear na perspectiva crítica marxiana, a autora pensa o serviço social como trabalho:

Mas interessante é pensar o Serviço Social como trabalho, sendo esta uma porta de entrada muito provocativa para a análise da 'prática profissional'. Nos anos 1980, os assistentes sociais descobriram a importância da consideração da dinâmica das instituições e das relações de poder institucional para se pensar o Serviço social, assim como as políticas sociais, os movimentos e lutas sociais. A imagem que poderia representar o esquema dominante de análise tinha no *centro* a 'prática do Serviço Social' e, no eu *entorno*, a dinâmica institucional, as políticas sociais e os movimentos sociais como fatores *relacionados* ao exercício profissional. Mas, geralmente, ao se falar em prática referia-se, exclusivamente, à atividade do Assistente Social. Os demais elementos citados eram tidos como *condicionantes* dessa prática, com uma certa relação de *externalidade* em relação a ela. (IAMAMOTO, 1998, p. 61. - grifo da autora).

A partir desta citação a autora começa a delinear seu caminho para a defesa da apreensão do serviço social como trabalho. Na continuidade de seus argumentos assinala os aspectos anteriormente por nós destacados. Vejamos:

Qualquer processo de trabalho implica uma *matéria-prima* ou objeto sobre o qual incide a ação do sujeito, ou seja, o próprio trabalho que requer meios ou instrumentos para que se possa se efetivar. Em outros termos, todo processo de trabalho implica em uma *matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação; meios ou instrumentos de trabalho* que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto; e a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto. (IAMAMOTO, 1998, p. 61-62 - grifo da autora).

Para Iamamoto, o objeto sobre o qual incide a ação profissional é a questão social e suas múltiplas expressões que podem ser traduzidas em: violação de direitos, violência à criança, adolescente, mulher, idoso, saúde do trabalhador, luta de classes, etc. (Iamamoto, 1998, p. 62). No entanto, para que se tenha uma intervenção concreta sobre tais expressões é necessário que o profissional se atente ao movimento da realidade, apreendendo suas contradições e particularidades. Para ela:

[...] o conhecimento da realidade deixa de ser um mero *plano de fundo* para o exercício profissional, tornando-se *condição do mesmo*, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho. (IAMAMOTO, 1998, p.62 - grifo da autora).

No que se refere aos instrumentos de trabalho do profissional a autora assevera que:

Geralmente, tem-se uma visão dos instrumentos de trabalho como um ‘arsenal de técnicas’: entrevistas, reuniões, plantão, encaminhamento etc. Mas a questão é mais complexa. *Quais são os meios de trabalho do Assistente Social?* A noção estrita de instrumento como mero conjunto de técnicas se amplia para abranger o *conhecimento como meio de trabalho*, sem o que esse trabalhador especializado não consegue efetuar sua atividade ou trabalho. *as bases teórico-metodológicas* são recursos essenciais para que o Assistente Social acione para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um *verniz* que se sobrepõe superficialmente a prática profissional, podendo ser dispensado; mas é o meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nesta perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho. (IAMAMOTO, 1998, p. 62-3 - grifo da autora).

Neste contexto, como já explicitamos anteriormente, a autora defende que o trabalho profissional é realizado sob condições a ele impostas. Nem todos os recursos necessários a sua ação interventiva estarão à sua disposição, sejam eles recursos financeiros, humanos e/ou técnicos. E sendo assim, o assistente social se insere no mundo do trabalho “sob as mesmas condicionalidades” de qualquer outro trabalhador, além de se inserir na condição de

trabalhador assalariado e exposto às contradições do capitalismo. Também está exposto, segundo a autora, à dinâmica socioinstitucional brasileira (Iamamoto, 1998, p. 63).

Ao identificar a práxis profissional do assistente social com trabalho, Yamamoto chama atenção para o fato de que esta práxis ocorre combinada a outras, constituindo o assistente social um trabalhador coletivo:

Importa ressaltar que o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um *trabalho combinado* ou de *trabalhador coletivo* que forma uma grande equipe de trabalho. Sua inserção na esfera do trabalho é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras, sejam empresas ou instituições governamentais. Dentro desta perspectiva, a instituição não é um mero *condicionante externo* e muito menos um obstáculo para o exercício profissional. Dada a condição de ‘trabalhador livre’, o assistente social detém a sua força de trabalho especializada, força essa que é mera capacidade. Ela só se transforma em trabalho quando consumida ou acionada, quando aliada às condições necessárias para que o trabalho se efetive, aos meios e objetos de trabalho. Em outros termos, o trabalho é a força de trabalho em ação e quando não se dispõe dos meios para realizá-lo, aquela força ou capacidade não se transforma em atividade, em seu trabalho (IAMAMOTO, 1998, p. 63-64 - grifo da autora).

Ainda em seu livro *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (1998), tendo realizado o debate sobre o trabalho – identificando assim a ação profissional -, sobre os processos de trabalho, instrumentais utilizados pelo profissional, sobre a matéria-prima do serviço social, a autora passa a analisar qual o produto do serviço social. Ao fazer esse questionamento, ela assevera que:

Do ponto de vista da qualidade, a análise é menos problemática. Poder-se-ia dizer que o Serviço Social em uma empresa produz treinamentos, realiza programas de aposentadorias, viabiliza benefícios assistenciais e previdenciários, presta serviços de saúde, faz prevenção de acidentes de trabalho, etc. É fundamental que se tenha clareza do que se é capaz de oferecer ou produzir ou, na linguagem empresarial, qual é o ‘negócio’ do serviço social. A análise se complexifica ao se pensar a outra dimensão, não imediatamente visível: como o serviço social contribui no processo de produção e reprodução da vida social, como participa do processo de produção de mais-valia e/ou de sua dimensão social. Não resta dúvida de que o trabalho do assistente social tem um efeito nas condições *materiais e sociais* daqueles cuja sobrevivência depende do trabalho. Em outros termos, tem um efeito no *processo de reprodução da força de trabalho*, que é a única mercadoria que ao ser colocada em ação, ao realizar o trabalho, é fonte de valor, ou seja, cria mais valor que custou. E o serviço social interfere na reprodução da força de trabalho por meios dos serviços sociais previstos em programas, a partir dos quais se trabalha nas áreas de saúde, educação, condições habitacionais e outras. [...]. Viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas as ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social dessa população. (IAMAMOTO, 1998, p. 66-67 - grifo da autora).

Logo, segundo a autora (1998, p. 69), o serviço social faz parte de um trabalho especializado, realizado sob forma de serviços, que possui, sim, produtos. E, tais produtos, interferem na dinâmica da reprodução material da força de trabalho nos diferentes espaços

onde é chamado a atuar, bem como atua também na formação ideológica e política dos sujeitos sociais.

Devemos, pois, considerar o assistente social como profissional assalariado, cuja inserção no mercado de trabalho se dá, de acordo com a autora, mediante a venda de sua força de trabalho, seja o comprador o Estado ou empresa privada. E como também já mencionamos aqui, ao vender sua força de trabalho o profissional não se vale de todos os recursos necessários para realizar sua atividade. De acordo com Iamamoto (1998), se o profissional dispusesse de todos os meios necessários para a ação profissional transformando-a em trabalho, o mesmo venderia com toda a certeza seus serviços no mercado e não mais sua capacidade laboral (Iamamoto, 1998, p.96). O assistente social, ao vender, como qualquer outro trabalhador, sua mercadoria no mercado de trabalho – sua força de trabalho – coloca-a à disposição do seu comprador que a usa de acordo com seus interesses:

A exigência de analisar o exercício profissional no âmbito de processos e relações de trabalho impõe-se em função da condição de trabalhador 'livre', proprietário de sua força de trabalho qualificada, que envolve uma relação de compra e venda dessa mercadoria. É, portanto, a condição de trabalhador assalariado, como forma social assumida pelo trabalho, que revela a insuficiência da interpretação corrente da prática profissional, tal como anteriormente referida, para explicar o exercício profissional no conjunto de seus elementos constitutivos. [...].

Ora, ao vender sua força de trabalho em troca de salário (valor de troca dessa mercadoria), o profissional entrega ao seu empregador seu valor de uso ou o direito de consumi-la durante a jornada estabelecida. [...]. Durante a jornada de trabalho, a ação criadora do assistente social deve submeter-se à exigências impostas por quem comprou o direito de utilizá-la durante um certo período de tempo conforme as políticas, diretrizes, objetivos e recursos da instituição empregadora. (IAMAMOTO, 1998, p.96-7. grifo da autora).

Por fim, no referido texto em estudo a autora (1998, p.102) menciona ainda que:

Considerar os processos de trabalho em que se insere o assistente social exige necessariamente pensá-los sob esta dupla determinação: a do valor de uso e a do valor, isto é, como processo de produção de produtos ou serviços de qualidades determinadas e como processo que tem implicações ao nível da produção ou da distribuição do valor e da mais-valia. Mas exige também considerar que, sendo a maior parte do trabalho do assistente social realizado no interior do aparelho do Estado – nos níveis federal, estadual e municipal -, nem sempre existe uma conexão direta entre trabalho e produção de valor (grifo da autora).

O ano de 2007 vem marcado por mais uma produção primorosa de Iamamoto intitulada *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro trabalho e questão social*. Embora o foco principal não seja a defesa do serviço social como trabalho, a mesma atualiza algumas de suas considerações feitas em *O serviço social na contemporaneidade*, bem como, a nosso ver, a autora em seus escritos, principalmente no capítulo IV, faz críticas indiretas à posição de Lessa (2007, 2012) sobre o debate em torno da polêmica se o serviço

social é ou não trabalho. As divergências vêm à tona porque, para Lessa, a práxis profissional do assistente social - assim como a do educador, do músico, do sociólogo -, por não participar diretamente da produção de bens que satisfaçam as necessidades humanas por meio da transformação da natureza, não pode ser considerada como trabalho. Assim, Lessa reduz a categoria trabalho ao mero intercâmbio com a natureza, ou seja, considera apenas o trabalho produtivo. E, esta crítica aparece veementemente nos escritos de Iamamoto. Vejamos o que a mesma nos diz:

O texto indaga sobre as abordagens correntes sobre *trabalho e reprodução das relações sociais*, tomada como um dado e não como um problema a ser elucidado – o que se encontra na base de muitos dos dilemas da análise do trabalho do assistente social. Verifica a frequente redução do trabalho na sociedade burguesa ao trabalho concreto – ao seu processo técnico-material – esvaziado de sua dimensão do trabalho abstrato, marca o caráter social do trabalho nessa sociedade; a reiterada *segmentação entre produção* – reduzida ao trabalho fabril nos moldes clássicos – e a *reprodução*, restrita a um de seus elementos, a reprodução da força de trabalho, o *trabalho restrito ao trabalho material*, como transformação imediata da natureza., segmentada da forma assumida pelas relações sociais que lhe dão vida, resvalando nas armadilhas da reificação: a materialização das relações sociais e a personificação das coisas. (IAMAMOTO, 2007, p.31 - grifo da autora).

O excerto acima revela a preocupação da autora se em reduzir a categoria trabalho apenas ao trabalho realizado com a corporeidade física. Nesse sentido, procura em Marx os argumentos necessários para explicitar que no processo de trabalho o homem²¹ põe em movimento sua corporeidade física e psíquica. Assim pressupõe-se que, assevera Iamamoto, a natureza a que Marx se refere, compreende a natureza material e social. Então, vejamos o que esse autor tem a nos dizer sobre isso:

O trabalho é antes de tudo um processo entre homem e natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: braços e pernas, cabeça e mãos. [...]. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes as do tecelão, e uma aranha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um processo que já existia idealmente. [...]. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa. (MARX, 2013, p.255-256).

Ao atualizar suas análises sobre a profissão, Iamamoto faz um adendo ao seu texto anterior, no que se refere à força de trabalho do assistente social. Acredita ela que são

²¹ Utilizamos homem, por ser o termo utilizado por Marx, mas sabemos que o autor está se referindo ao gênero humano que compreende homens e mulheres.

exatamente nas reflexões sobre esse aspecto que se centram as críticas feitas por outros autores às suas posições e que fizeram surgir as polêmicas aqui referidas. Nessa direção esclarece a autora:

A força de trabalho do assistente social contém as contradições típicas de toda mercadoria entre *trabalho concreto e trabalho abstrato, que preside a sociabilidade capitalista*. Mas ela *só se apresenta como questão essencial a ser elucidada na órbita da crítica marxista da economia política*. Essa observação é fundamental para elucidar a polêmica hoje instaurada no campo da pesquisa sobre a profissão: quando não se parte da economia política do trabalho, que tem na mercadoria a célula básica da sociabilidade burguesa, aquela tensão se desvanece e o trabalho profissional passa a ser tratado unilateralmente na *sua particularidade enquanto valor de uso*. Ai o dilema *aparentemente se resolve ao se decifrar a sua qualidade: o serviço social é ideologia, práxis ou trabalho?* (IAMAMOTO, 2007, P. 215-216 - grifo da autora.).

No prosseguimento de sua análise a autora afirma que apenas poderemos responder a tal questão se nos atentarmos ao modo como a indagação esta sendo posta, ou seja, não se tornaria possível dar uma resposta à luz da teoria social crítica se o ponto de análise da pergunta foi elaborada através do pensamento conservador. Ao obscurecermos a totalidade das relações sociais que somos chamados a refletir e intervir “estaríamos correndo o risco de resvalar a explicação para uma análise a-histórica, ainda que em nome da tradição marxista” (Iamamoto, 2007, p. 216). E neste sentido, criando polêmicas há um debate a “muito” enterrado pelas diretrizes curriculares do curso de serviço social.

Para finalizar compartilhamos com a autora a preocupação e os desafios postos ao serviço social ante a atual conjuntura em que se encontram o debate profissional e a formação profissional. Para ela:

A minha preocupação atual sobre o serviço social volta-se ao processo de realização deste trabalho especializado, aprofundando suas implicações no âmbito da organização social e técnica do trabalho. Busco, hoje, articular a profissão – dotada de uma regulamentação legal e de normas éticas específicas – ao seu processo de realização, em que o assalariamento de seus agentes é um determinante essencial. (IAMAMOTO, 2007, p. 254).

Mais adiante em sua análise a autora compartilha um desafio posto ao serviço social nos dias de hoje:

[...]. O desafio é incorporar e ir além da abordagem do trabalho do assistente social, enquanto trabalho concreto, isto é, de uma qualidade determinada, que satisfaz necessidades sociais, o que foi o foco central do debate profissional sobre as particularidades do Serviço Social nas décadas de 1980-2000. Isto porque o trabalho concreto só pode satisfazer necessidades sociais na medida em que possa ser trocado por qualquer outro tipo de trabalho privado útil, o que quer abstrair de sua particularidade e identificar nele algo comum: o fato de ser dispêndio de força humana de trabalho, isto é, trabalho humano social indistinto, portanto, valor. (IAMAMOTO, 2007, p. 257).

O caminho de reflexões proposto pela autora ainda está aberto, desafiando a produção do conhecimento por parte dos intelectuais que compõem a categoria profissional. E, nesta tarefa, cremos que a abordagem só pode ser feita com base na teoria social crítica, mais especificamente com base nos escritos de Marx, haja vista que as polêmicas anunciadas estão relacionadas aos fundamentos marxianos. Aí, cremos, está a importância de levar aos estudantes, desde a graduação, a produção teórica própria de Marx e de autores de peso da tradição marxista, evitando, com isso, incorrer em erros de interpretação ou equívocos e distorções sobre o seu pensamento, pela utilização de manuais e sínteses mal elaboradas.

3.2 As reflexões de Gilmaísa Costa sobre a definição do serviço social: trabalho ou ideologia?

Ao redigir sua dissertação de mestrado intitulada *Trabalho e serviço social: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács* (1999), Gilmaísa entra neste polêmico debate aqui explicitado. Costa, baseada na teoria lukacsiana, vai nos alertar que o serviço social possui uma apreensão de natureza distinta da de Lukács. Para ela, que a questão social não é um elemento natural, mas sim social. Ao desenvolver sua tese, Costa (1999, p. 80) retoma ao núcleo de fundamentos do trabalho profissional das diretrizes curriculares do serviço social e explica que o processo de trabalho do assistente social se vincula à ação sobre um objeto estritamente social, uma vez que, as expressões da questão social são oriundas das relações entre os homens. Sendo assim, os problemas e as respostas a esses problemas se darão no interior da sociedade, que não é senão o local onde tais expressões emergem. Nesta esteira conceitual a autora diferencia matéria prima natural da matéria-prima social:

Assim sendo, [...] o trabalho, conforme coloca Lukács [...], ‘se relaciona no sentido verdadeiro, somente com a troca orgânica com a natureza. [...] [Não] muda nada o fato do trabalho ser manual ou mecânico (até automatizado), que a sua intenção se dirija diretamente a fenômenos naturais concretos ou à utilização de legalidades naturais’, subtende-se que a intenção da atividade profissional dirige-se a fenômenos naturais concretos ou a utilização de legalidades naturais.

Entretanto, se a matéria-prima do trabalho profissional é a questão social, como a atividade profissional pode dirigir-se a fenômenos naturais concretos? Em, outras palavras, como pode caracterizar-se como posição teleológica primária se tem como objeto de sua atividade a questão social, que é um objeto puramente social? A matéria-prima do processo de trabalho tem uma natureza essencial diferente dos objetos puramente sociais. Portanto, objeto, meio e fins no trabalho são também de uma qualidade distinta daquela requerida pelo processo desencadeado frente aos objetos sociais, cujo fim são modificações que dizem, respeito aos homens e suas relações. (COSTA, 1999, p.81-82).

Diante deste contexto, Costa (1999, p. 82) explicitamente descaracteriza o serviço social como trabalho e passa a defini-lo como posição teleológica secundária. De acordo com sua posição teórica, não podemos afirmar que todas as especializações que surgem da divisão do trabalho são atos teleológicos primários, muito pelo contrário. No interior dessa divisão é que surgem as posições que tentam induzir outros a agirem conforme seus desejos (Costa, 1999, p. 89). Assim, segue em seus argumentos:

Com essas considerações, buscamos evidenciar que o fato de uma profissão constituir-se numa especialização originada na divisão social do trabalho não implica sua caracterização como trabalho. O Serviço Social certamente é uma profissão que deriva da divisão-sócio técnica do trabalho; as necessidades sócio-históricas que o legitimam como profissão o vinculam a um fenômeno típico da fase capitalista dos monopólios. Entretanto, isso não significa que, com sua atividade frente a determinadas realidades sociais, se realize um processo de trabalho no preciso sentido do termo. (COSTA, 1999, p. 89).

Ainda, para a autora, outras profissões, assim como o serviço social, que se institucionalizam no interior do Estado não podem ser consideradas trabalho. Nesse sentido, então, cremos que a autora está excluindo da classe trabalhadora: assistentes sociais, professores, gestores institucionais, etc., por não serem esses, nos termos asseverados, trabalhadores. Então:

O lugar que o Serviço Social ocupa na divisão social do trabalho articula-o à política social, aos direitos e garantias sociais, aos serviços sociais públicos e privados, enquanto campo de resposta socialmente elaboradas e legalmente institucionalizadas no âmbito do aparato estatal. E, decisivamente, o Estado não é uma categoria do trabalho. Em outras palavras, significa dizer que o lugar si serviço social na divisão social e técnica do trabalho não o situa diretamente na esfera econômica. (COSTA, 1999, p.90).

Costa retoma a redação de documentos publicados pela ABEPSS para se referir ao núcleo de fundamentos do trabalho profissional, nos quais se define a ação profissional:

[...] como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria-prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho – instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potencialização da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. (ABEPSS apud COSTA, 1999, P. 91).

Destarte, a autora (1999, p.91) afirma que a ação dos assistentes sociais vai ao encontro de algo que foi “produzido” pela própria sociedade, porém, mesmo assim, se trata de algo puramente social. Também assevera que ao se advogar que o serviço social se insere em processos de trabalho se assume que a prática profissional e sua referida ação teleológica

poderia criar algo material (com suas próprias mãos) que possamos tocar, se alimentar, vestir, beber. Explicitando o que considera incongruências desse tipo de análise, Costa (1999, p. 94) coloca outra dimensão dessa polêmica em debate: o serviço social como práxis humana:

Restaria pensar que a categoria profissional toma a práxis humana em geral como trabalho, porém daí também decorrem problemas de imprecisão. Entre a práxis humana em geral e a práxis singular do trabalho se põe mediações que caracterizam trabalho e sociabilidade como categorias essencialmente heterogêneas. Lukács não dá qualquer indicação de que a práxis humana possa ser reduzida aos processos de trabalho. Do mesmo modo que do trabalho não se pode deduzir abstratamente a totalidade do mundo dos homens.

Para sustentar tal tese, a autora se utiliza de Lukács para afirmar que:

O ser social é um complexo de complexos cuja reprodução se encontra em múltiplas e variadas interrelações com o processo reprodutivo dos complexos parciais relativamente autônomos, porém onde a totalidade exerce sempre uma influência predominante no interior dessas relações. (LUKÁCS apud COSTA, 1999, p. 94).

Pois bem, vimos que em Costa o serviço social não pode ser considerado como trabalho, como uma práxis social singular que aquele é. Então, como poderíamos definir esta atividade profissional? A autora esboça sua resposta a esta questão da seguinte forma:

Assim, se o Serviço Social nasce como uma resposta voltada a combater conflitos sociais e, se ‘é nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses distintos’, conforme afirma Marilda Yamamoto [...], o Serviço Social encontra-se dentro dos critérios como veículo prático da ideologia. Estamos falando de um veículo prático porque, como sabemos através da recuperação histórica da profissão, o Serviço Social não surge na sociedade capitalista com a tarefa de produzir conhecimentos, mas como uma prática social inserida institucionalmente e predominantemente exercida junto a indivíduos ou a famílias consideradas carente de ajuda material ou moral. (COSTA, 1999, p. 97-8).

Costa define ideologia como sendo as respostas a problemas postos à realidade concreta. Sendo assim, a ideologia tem por objetivo “exigir” do sujeito possibilidades concretas de transformação e/ou mesmo de manutenção da realidade em que está inserido. No entanto, como enfatiza a autora, a ideologia atua sobre a subjetividade do indivíduo. Assim, temos que:

Os atos ideológicos têm sempre como fim agir sobre a consciência dos indivíduos, a ação do sujeito sobre os problemas ou conflitos sociais quando põe como finalidade a preservação ou a transformação do ser social ou de parte dele, têm por base momentos ideais que se dirigem à consciência, ao comportamento dos homens diante das condições de existência social. (COSTA, 1999, p. 99).

No entendimento da autora, o serviço social tem por base a atuação na esfera dos conflitos sociais, interagindo com o comportamento dos indivíduos em sociedade, porém, apenas enquanto manifestação ideológica. Diante de tal entendimento, temos sempre uma ação profissional voltada a analisar um momento ideal. Em virtude disso, a autora afirma que a prática do assistente social se aproxima de processos educativos do sujeito, mesmo que em um ou outro momento a profissão tenha teor político ao se inserir nas lutas por saúde, habitação, educação, trabalho, entre outros. (COSTA, 1999, p. 100).

Na sua abordagem sobre a definição do serviço social como ideologia, a autora assevera que:

Numa primeira aproximação à problemática do Serviço Social como ideologia, o vínculo entre o Serviço Social e a questão social conduz a uma identificação desta profissão como uma ação voltada à resolução de conflitos de interesses entre os homens, que se expressam no cotidiano mais imediato. Além disso, o aparecimento dessa profissão determinado pela complexificação de produção material e pela acentuação da divisão social do trabalho na formação social capitalista, vinculada às ações do Estado, são indícios muito fortes na caracterização do Serviço Social como complexo ideológico restrito. Entretanto, isso merece um tratamento cuidadoso para não incorremos em conclusões precipitadas. (COSTA, 1999, p. 103).

Isto porque, de acordo com Costa (1999, p. 104), os complexos ideológicos restritos se inserem na fronteira entre a atividade econômica e a generalidade dos interesses da sociedade de classes, cada qual com sua peculiaridade. Porém, mesmo que respeitando tais particularidades, não deve ser esquecido que as ações se direcionam a respostas demandadas por sujeitos sociais inseridos na historicidade da reprodução social.

Para concluir, no diz respeito à polêmica em estudo, Costa (1999, p. 108-109) conclui que:

A análise da concepção de Serviço Social com base no pensamento de Georg Lukács levou-nos à apreensão do Serviço Social como complexo ideológico do ser social, decorrente de sua função nos conflitos sociais. Por outro lado, um complexo onde as generalizações produzidas pela categoria situam-se entre a ideologia restrita, no sentido de se dirigirem aos conflitos mais imediatos da vida social e a ideologia pura como momento ideal que se refere aos problemas do gênero humano. Deste modo, damos por conclusivo que, na Concepção de serviço Social como trabalho, exposta no Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, existe uma imprecisão teórica que conduz à confusão entre as formas ontologicamente diferentes de práxis sociais. O trabalho, no qual o sujeito interage com a objetividade natural e as posições teleológicas secundárias, onde o sujeito tem como mediação da práxis humana a consciência dos indivíduos com vistas ao desenvolvimento dos processos sociais. Na perspectiva que aqui defendemos, a atividade profissional do Serviço Social não se constitui processo de trabalho no sentido estrito, a base ontológica do Serviço Social é a ideologia, como atividade que exerce uma função nos conflitos sociais.

Assim, na rasteira dos argumentos de Lessa, como veremos, Costa (1999) defende que o serviço social não é trabalho se concebido sob o crivo dos pressupostos marxianos –

categoria fundante do ser social -, mas um pôr teleológico derivado daquele, mas que com ele não se confunde. Aí, situa o serviço social no campo da ideologia.

3.3 As concepções de Sérgio Lessa: a negação do serviço social como trabalho

Em contraposição a concepção de Yamamoto, Lessa advoga - baseado na teoria marxiana - que serviço social não é trabalho, uma vez que seu ato laboral não transforma a natureza, ou seja, ao realizar seu trabalho, o assistente social não cria um novo valor. Da mesma forma, para o autor, Yamamoto identifica que todas as ações humanas prático-conscientes são trabalho e, ao fazê-lo, acaba por afirmar que todo pôr teleológico se define como trabalho.

Lessa explicita que afirmar que serviço social é trabalho, não é senão uma redução à percepção de trabalho teorizada por Marx. Ao se concordar com essa perspectiva de análise, segundo Lessa, está se retirando a essência do trabalho, qual seja: o intercambio entre o homem e natureza. Ao mesmo tempo, está se transferindo essa particularidade do trabalho para as relações sociais, mesmo que em ambas as práxis humanas, ponham-se em sua atividade a capacidade teleológica do ser social. Ainda para Lessa, de acordo com Tristão (2011, p. 19-20), considerar o serviço social como trabalho é invalidar a particularidade da categoria trabalho, de ser o ente fundante do ser social e das demais categorias sociais. Vejamos, então, suas críticas e conclusões, no que se refere ao serviço social.

Em *Serviço Social e trabalho: de que se trata?* (2000), p 52-3), o autor defende o porquê do serviço social não ser trabalho. O pressuposto fundamental para ele é que o assistente social ao realizar suas atividades não transforma a natureza produzindo bens materiais para a satisfação da sociedade, haja vista que este atua “pura e simplesmente” nas relações sociais entre os homens. Se existir uma sociedade que não transforme a natureza com sua atividade fundante, a concepção ontológica de Marx sobre trabalho terá “sido posta por terra” (Lessa, 2000, p. 52-53). No prosseguimento de sua análise o autor faz toda uma acepção ontológica do trabalho, explicitando sua importância, tanto para o surgimento como para o desenvolvimento do ser social. Diante de suas análises Lessa (2000, p.54-55), postula duas consequências imediatas e inevitáveis ao se cancelar a distinção ontológica entre trabalho e demais atividades humanas:

- 1) A primeira delas, puramente ideológica, filosófica: qual o fundamento do mundo dos homens? Se todas as práxis sociais são trabalho, se não há distinção entre as atividades de organização e de produção, se não há distinção entre as relações puramente sociais e relação homem-natureza, como pode o trabalho ser a

categoria fundante do mundo dos homens? Segundo Marx, o trabalho é a categoria fundante porque é ele que, ao transformar a natureza, predominantemente coloca as necessidades e as possibilidades e desenvolvimento histórico em direção a sociedades cada vez mais evoluídas. Isto significa que, para ele, o trabalho não pode ser idêntico à totalidade social (ou, em outras palavras, que as práxis não podem ser todas trabalho), pois é o trabalho que funda o ser social e não o contrário.

[...] Em se tratando do atual debate no interior do Serviço Social, algumas formulações implicam que repensemos a relação da prática profissional do Serviço Social com o trabalho. De uma relação fundante/fundado passaríamos a uma relação de identidade. Identificaríamos, então, produção e organização; transformaríamos uma *relação de necessidade* entre esferas distintas da práxis (não há produção sem organização, nem organização que não atenda às necessidades da produção) em uma *relação de identidade*. Esta identidade é afirmada ou diluindo-se a diferença entre trabalho e sociabilidade ou, então, convertendo todas as práxis sociais em "produtivas". Qualquer que seja o caso, estamos em um terreno ideológico e filosófico distinto do de Marx.

2) A segunda consequência da identificação entre Serviço Social e trabalho é mais diretamente sociológica e política. Se identificarmos as práxis voltadas à organização da sociedade com a produção material, ou seja, se identificamos todas as outras formas de práxis (inclusive o Serviço Social) ao trabalho, não nos resta outra alternativa senão identificarmos como ²²trabalhadores todos aqueles que realizam toda e qualquer atividade social. Se concordarmos com este argumento que iguala produção e organização, teremos que levá-lo adiante.

[...] Para sermos breves: se igualarmos todas as práxis sociais ao trabalho, transformamos todos os indivíduos em operários e, assim, cancelamos a distinção entre as classes sociais! Se cancelarmos a distinção entre produção e organização, e portanto cancelamos o caráter fundante daquele para com esta, cancelamos também a distinção entre as classes. E, sem elas, adeus luta de classes e todo o projeto revolucionário de cunho marxiano. Percebam que o que parecia ser um mero problema filosófico, muito abstrato e distante do nosso dia a dia, se revela ser um problema muito mais "concreto" do que o debate tem mostrado até o momento. Tanto quanto podemos perceber, a tese que postula a identidade entre trabalho e Serviço Social coloca em cheque o fundamental da concepção marxiana. É neste terreno que hoje se põe o debate político no interior da profissão. E, para sermos bem sucedidos, duas coisas são fundamentais. Por um lado, não escamotear o aspecto político do debate. Mas, também, por outro lado não reduzi-lo à questão política, pois o seu campo resolutivo é o campo ideológico-filosófico, o campo da concepção de mundo. (grifo do autor).

Ainda que em sua abordagem o autor não explicita claramente sua crítica às produções de autores que tratam no tema no interior da profissão, o faz num outro momento, seguindo os mesmos pressupostos.

Em *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo* (2011), Lessa faz críticas diretas ao texto *O serviço social na contemporaneidade* (1998), de autoria de Marilda Yamamoto e ao qual já nos reportamos. De acordo com o autor, conceber o serviço social como trabalho seria uma exigência teórica indispensável. Por quê? (Lessa, 2011, p. 90). Na sequência, é ele mesmo quem responde:

²² Essa perspectiva de Lessa de entender a classe trabalhadora constituída somente por aqueles que desenvolvem atividades diretamente relacionadas à transformação de objetos naturais em produtos que atendam as necessidades sociais é criticada por Valência (2009). Para este autor, a interpretação de Sérgio Lessa a respeito da composição da classe trabalhadora é restritiva e contraria os próprios preceitos marxianos.

Não há, no texto de Iamamoto, uma resposta inequívoca a esta questão. Não é claro por que os assistentes sociais não serão capazes de enfrentar os ‘novos desafios’ se não conceberem a sua prática como trabalho. Talvez de modo indireto, possamos encontrar a resposta quando a autora sugere ser a tese do Serviço Social enquanto trabalho uma verdadeira mudança de perspectiva [...]. Conceber o Serviço Social como trabalho possibilitaria aos seus profissionais retomar a ‘interconexão entre o serviço social e a prática da sociedade’ capitalista.

Assim, para Lessa o texto de Iamamoto afasta-se da essência ontológica do trabalho, primeiro teorizado por Marx e, depois, atualizada com Lukács. Ou seja, como já anteriormente mencionado, Lessa advoga que apenas podemos compreender por trabalho a atividade humano-sensível que transforma a natureza em bens necessários a satisfação humana. Assim, para ele, ao se identificar serviço social e trabalho:

Despe-se a categoria trabalho do que ela tem de único, de específico (ser intercâmbio com a natureza), e sublinha-se o que ela tem em comum com todo e qualquer ato humano (ser um pôr teleológico) e, assim o fazendo, o trabalho pode ser identificado a toda e qualquer ‘atividade própria do ser humano. Seja ela material, intelectual ou artística’. (LESSA, 2011, P. 92).p

As críticas de Sérgio Lessa à Marilda Iamamoto não param por aí. O primeiro, ao longo de seu estudo delinea uma condenação com afincamento do universo teórico de *O serviço social na contemporaneidade*. Sua crítica ataca as abordagens de Iamamoto em vários aspectos: ao que a autora define por processo de trabalho do serviço social, suas indicações sobre o que vem a ser o objeto de trabalho profissional, bem como o produto desse trabalho, a compreensão do trabalho profissional enquanto trabalho coletivo, entre outros. E conclui que:

Portanto, se o serviço social é trabalho, transforma uma matéria-prima e seu produto é ‘não material’, a que classe social pertenceria o assistente social? A resposta do texto é ambígua. O assistente social seria membro de um trabalhador coletivo que congregaria tantos os trabalhadores produtivos quanto os improdutivos e que estaria presente nas empresas privadas e no Estado. A resposta, portanto, apenas poderia ser a mais genérica e imprecisa: tal como todo assalariado, o assistente social seria um ‘trabalhador’. Isto não vai muito além das teses de que o assalariamento seria o critério fundamental na distinção dos agentes sociais, tanto em uma vertente mais à esquerda como vimos em Antunes, como em uma vertente mais à direita, como encontramos em Castel, com um amplo leque de intermediários composto por Lojkine, Braverman e Belleville, entre outros. [...]. Como argumentaremos, é a distinção ontológica, oriunda da estrutura produtiva do modo de produção capitalista, que particulariza o proletariado como a classe revolucionária dos nossos dias. E é justamente isto – o sujeito revolucionário – que a tese entre trabalho e Serviço Social termina perdendo ao cancelar o intercâmbio orgânico com a natureza (o trabalho) como complexo fundante do ser social. (LESSA, 2011, p. 105).

Ao retomar a discussão sobre a função social que tem o trabalho na sociedade capitalista, Lessa critica tanto Marilda Iamamoto (serviço social) como Demerval Saviani (educação):

Sempre que se perde a função social como critério da análise dos complexos sociais, o que resta são suas características formais ou mais ou menos secundárias. [...]. É assim que em Yamamoto e Saviani o trabalho termina reduzido a pôr teleológico e, então, pode-se afirmar tanto o Serviço Social quanto a Educação como ‘trabalho’. Em ambos, como vimos, o conhecimento comparece como ‘instrumento de produção’, como ‘força produtiva’. [...].

Com o trabalho reduzido a mero pôr teleológico, não há como se escapar da conclusão de que a ciência seria a força produtiva por excelência (LESSA, 2011, p. 118-119).

Em 2012 com a publicação da segunda edição ampliada de *Serviço social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho*, principalmente na seção V, denominada: *as classes sociais e os assistentes sociais*, o autor deixa implícito seu entendimento sobre a natureza da práxis profissional do assistente social e o seu lugar na divisão social e técnica do trabalho, bem como deixa clara sua posição sobre o porquê serviço social não é trabalho.

Em Lessa, nos parece que há uma tendência ao autor classificar o assistente social como um “ator” em favor do controle social, a favor do Estado, a favor das empresas privadas e da ordem vigente. Uma vez que, enquanto operário atua sobre um pedaço de ferro para transformá-lo, o assistente social tem que atuar sobre os indivíduos para *forçá-los e/ou convencê-los a se comportarem de determinada maneira* (Lessa, 2012, p. 66 - grifo nosso).

Por fim, temos que em Lessa e Costa, que o assistente social não é um operário tampouco um trabalhador. Então, a que classe pertencem esses profissionais? Lessa (2012, p. 68), nos responde.

Tanto no escravismo quanto no feudalismo, no modo de produção asiático assim como no capitalismo, entre as classes fundamentais (os produtores de riqueza e os parasitas) encontramos uma camada social intermediária. Já vimos que Marx, em *O 18 Brumário* (Marx, 1977: 229), se referindo ao capitalismo maduro, denominou essa camada intermediária de ‘classe de transição’. Ela é composta por aqueles indivíduos que não pertencem aos operários porque não operam o intercâmbio homem-natureza e por isso não produzem o ‘conteúdo material da riqueza’, mas, por outro lado, também não são membros da classe dominante porque não possuem a propriedade dos meios de produção. Estes indivíduos são, na enorme maioria das vezes, assalariados pagos pela classe dominante (por vezes pela mediação do Estado) com os recursos que advêm da exploração dos trabalhadores. Por isso são, também, do ponto de vista econômico e produtivo, parasitários da riqueza produzida pelos trabalhadores. Exercem uma função social muito precisa: auxiliam a classe exploradora na reprodução das relações de expropriação dos trabalhadores. Foi assim com os escribas no Egito Antigo, com os funcionários públicos no Império Persa, na Grécia e em Roma; o mesmo ocorreu com os soldados e capatazes dos senhores feudais na Idade Média e o mesmo ocorre com as ‘classes de transição’ no capitalismo.

Para Lessa (2012, p. 68), o assistente social assim como o educador, não é senão um “vampiro”, “parasita” que se apropria de toda a riqueza que é gerada na sociedade através da força de trabalho operária. Constituiriam, assim, os assistentes sociais, uma classe em

transição, juntamente com tantas outras profissões que não podem ser consideradas trabalho, em termos marxianos, de acordo com Lessa.

No contexto dos autores aqui estudados tomamos por concreta e a que mais coaduna com as diretrizes curriculares do serviço social a tese de Yamamoto, em conceber o serviço social como trabalho, uma vez que essa apreende o trabalho do assistente social tanto em sua dimensão econômica como em sua dimensão social, o que não se vê em Costa, quiçá em Lessa. Este último, embora seja um grande leitor e tradutor da teoria marxiana-lukacsiana faz uma apreensão, a nosso ver, conceitual de algo que é ontológico, histórico e dialético.

A despeito das divergências teóricas no campo crítico do serviço social sobre a questão do trabalho, o grande mérito da explicitação dessas posições diferenciadas foi o fato de que ela permitiu uma aproximação mais significativa dos profissionais com aquela categoria, a partir dos escritos marxianos. Esse fato é, portanto, um importante mérito do processo de construção e implementação das DC para os cursos de serviço social.

O que nos interessa saber, agora, é *se e como* este debate aparece nos componentes curriculares que tratam do tema, nos espaços de formação profissional. Especificamente o que nos importa é identificar como a categoria trabalho vem sendo abordada nas disciplinas que compõem as propostas curriculares de cursos presenciais de serviço social no contexto catarinense. É o que faremos na seção a seguir.

4. O DEBATE SOBRE O TRABALHO NAS PROPOSTAS DE FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM SANTA CATARINA

Nessa seção analisaremos os planos de ensino de três instituições universitárias que oferecem o curso de serviço social na modalidade presencial, no estado de Santa Catarina, identificadas, aqui, como instituições A, B e C e que constituíram a amostra de nosso estudo.

O caminho metodológico percorrido para obtenção das fontes de pesquisa foi explicitado na introdução do presente trabalho. As análises do material empírico a que tivemos acesso tiveram por objetivo refletir sobre as tendências do debate da categoria trabalho na formação profissional em serviço social, considerando o contexto apontado. Além disso, no mesmo processo analítico, pretendemos verificar se os planos de ensino que constituíram as fontes de pesquisa se coadunam com as DC dos cursos de serviço social ao abordar aquela categoria e sua relação com o trabalho profissional.

Por último, apresentaremos uma breve análise sobre as produções teóricas de autores que, a nosso ver, são importantes referências para os debates em torno da temática e da

relação entre trabalho e serviço social, a partir das indicações identificadas nos planos de ensino analisados.

4.1 Trabalho e serviço social: identificando algumas tendências do debate nos cursos de graduação

Para problematizar nosso objeto de estudo, apresentaremos, a seguir, um quadro síntese no qual constam somente as bibliografias básicas utilizadas e/ou referenciadas nos planos de ensino das disciplinas que tratam mais especificamente sobre o tema do trabalho e/ou trabalho e serviço social, considerando a amostra da presente investigação. O quadro síntese com as bibliografias complementares encontra-se no Apêndice 01. Essas, contudo, são contempladas nas análises registradas na sequência do texto, após a exposição do quadro com as bibliografias básicas. Tal procedimento se mostrou, para nós, mais coerente, na medida em que julgamos serem as bibliografias básicas (e não as complementares) as que dão direção aos estudos realizados em sala de aula na condução das disciplinas dos cursos de serviços social que constituíram a amostra dessa proposta investigativa.

Quadro 1. Bibliografia básica indicadas nos planos de ensino de cursos de serviço social em Santa Catarina

	Autor/Texto/Ano	Área de Concentração	Instituição
1	CHALMERS, A F.. O que é ciência afinal? (1993).	Ciência.	B.
2	SANCHEZ, Adolfo Vasquez. Filosofia da praxis. (1968).	Filosofia.	A.
3	MOTA, Ana E.. Cultura da crise e seguridade social. (1995)	Serviço Social.	C.
4	GOMES, Ana Lígia. Os Conselhos de políticas e de direitos. (2000).	Serviço Social.	A.
5	AMARAL, Angela Santana do. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. (2009).	Serviço Social.	A.
6	TEIXEIRA, Antônio Evaristo. Economia brasileira: fundamentos e atualidade. (2001).	Economia.	B.
7	AGUIAR, Antônio Geraldo de. Serviço social e filosofia. (1989).	Serviço Social.	B.
8	XAVIER, Arnaldo.	Serviço Social.	A.

	Serviço social e exercício profissional: relações de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina. (2012).		
9	Conselho Federal de Serviço social; Associação brasileira de ensino e pesquisa em Serviço social. 2009.	Produção Técnico-Acadêmica.	A.
10	HARVEY, David. Condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 1994. O novo imperialismo. (2004).	Teoria Social Contemporânea.	B.
11	MÉDA, Dominique. O trabalho: um valor em vias de extinção. (1999).	Sociologia do Trabalho.	A.
12	LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. (2014).	Teoria Social Contemporânea.	C.
13	MOURO, Helena e SIMÕES, Dulce (Cord.). 100 anos de serviço social. (2001).	Serviço Social.	C.
14	SÁ, Janete L. Martins de. Conhecimento e currículo em Serviço social. (1995).	Serviço Social.	B.
15	GALPER, Jeffry. Política social e trabalho social. (1986).	Serviço Social.	B.
16	MAIOR, Jorge Luiz Souto. O direito do trabalho como instrumento de justiça social. 2000.	Direito do Trabalho.	A.
17	DORNELAS, José Carlos de Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. 2005.	Administração e Negócios.	B.
18	BRAZ Marcelo e NETTO, José Paulo. Economia política: uma introdução crítica. (2008).	Serviço Social.	B, C.
19	NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de marx. (2010).	Serviço Social.	C.
20	NETO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão. (1996).	Serviço Social.	C.
21	SANTOS, Josiane Soares. Pós-modernidade, neoconservadorismo e serviço social. (2005).	Serviço Social.	C.
22	MARX, Karl. Contribuição para a crítica da economia política.	Teoria Social Clássica.	C.

	(2008).		
23	MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. (1998).	Teoria Social Clássica.	A.
24	ENGELS, Friedrich e MARX, Karl;. A ideologia alemã. (1989).	Teoria Social Clássica.	A, C.
25	BRAZ, Marcelo e TEIXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético-político do serviço social. (2009).	Serviço Social.	C.
26	ENRIQUEZ, Manuel e VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de. Fundamentos de economia. (2007).	Economia.	B.
27	VASCONCELLOS, Marcos Antonio Sandoval de. Fundamentos de economia política. (2001).	Economia.	B.
28	ARRUDA, Marcos de e BOFF, Leonardo. Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do sul. (2007).	Teologia, Economia, Educação.	B.
29	ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa e CABRAL, Maria do Socorro. <i>O significado político do II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.</i> (2009).	Serviço Social.	C.
30	YASBECK, Maria C.. Classes subalternas e serviço social. (1993).	Serviço Social.	C.
31	ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução a filosofia. (2002).	Filosofia.	B.
32	SILVA, Maria Salete da. O Programa Assistência Sociojurídica e a Educação em Direitos Humanos. (2006).	Serviço Social.	A.
33	CARVALHO, Raul de e IAMAMOTO, Marilda V. Relações sociais e Serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico metodológica. (1982).	Serviço Social.	C.
34	IAMAMOTO, Marilda V.. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. (1992).	Serviço Social.	C.
35	IAMAMOTO, Marilda	Serviço Social.	A.

	Villela. Trabalho e indivíduo social. (2001).		
36	IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. (2001).	Serviço Social.	A, A, B.
37	CHAUÍ, Marilena de Souza. Convite a filosofia. (2002).	Filosofia.	B.
38	ABREU, Marina Maciel de e Cardoso, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. (2009).	Serviço Social.	A.
39	CORTELLA, Mário Sergio. Qual é a tua obra? Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. (2010).	Filosofia, Educação.	B.
40	CESAR, Mônica de Jesus. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. (2009).	Serviço Social.	A.
41	ALENCAR, Mônica Maria Torres de. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. (2009).	Serviço Social.	A.
42	SINGER, Paul. Curso de introdução à economia política. (1996).	Economia.	B.
43	GASTALDI, Petrelli J.. Elementos de economia política. (1999).	Economia.	B, B.
44	RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. (2009).	Serviço Social.	A.
45	MIOTO, Regina Célia Tamaso. Estudos Socioeconômicos. (2008).	Serviço Social.	A.
46	MIOTO, Regina Célia Tamaso. Orientação de Indivíduos, Grupos e Famílias. (2009).	Serviço Social.	A.
47	PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação em Serviço social: Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço social. (2002).	Serviço Social.	B, B.
48	LARA, Ricardo. A produção do conhecimento no serviço social: o mundo do trabalho em debate. (2011).	Serviço Social.	C.

49	CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. 1998.	Ciências Sociais/Sociologia.	A.
50	MORCILLO, Francisco Mochon e TROSTER, Roberto Luiz. Introdução à economia. (1999).	Economia.	B.
51	GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e desigualdade. (2009).	Serviço Social.	C.
52	AMARO, Sarita. Visita domiciliar. (2003).	Serviço Social.	A.
53	RUBIM, Thiago. Serviço social e exercício profissional: relações de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina. (2012).	Serviço Social.	A.
54	SANTOS, Vanessa Juliana da Silva, Silva, Maria Salete da, Souza, Maria Clarice. Projeto Informação: a abordagem em sala de espera como instrumento do Serviço social. (2001).	Serviço Social.	A.
55	FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço social. (2002).	Serviço Social.	B.
56	GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço social. (1995).	Serviço Social.	A, B.

Fonte: Programa das disciplinas analisados.

Elaboração: Leandro Nunes.

Nos projetos pedagógicos das três instituições que forneceram os planos de ensino de disciplinas que tratam do tema trabalho, foram computadas nas referências básicas 56 indicações utilizadas. Dessas, 34 foram produzidas por autores do serviço social, e as demais se concentram em áreas como as ciências sociais/sociologia, filosofia, economia, teoria social contemporânea e, menos, na teoria social clássica.

Podemos dizer que o projeto político pedagógico que mais se aproxima das DC dos cursos de serviço social defendidas pela ABEPSS que advoga que a formação profissional deve expressar “[...] *uma concepção de ensino e aprendizagem calcada da dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio institucional*” (ABEPSS, 1996, p.8, grifo nosso), é o da instituição de ensino C. Isso porque a incidência de autores da teoria social crítica (perspectiva também defendida pela instituição), aparece com mais ênfase e, ainda, porque, a própria questão que envolve o debate sobre o

trabalho aparece com mais clareza, seja no ementário de disciplinas, seja nos objetivos gerais e/ou específicos nelas definidos.

Especificamente quanto ao debate sobre o trabalho essa mesma instituição de ensino utiliza autores como Lukács, que em seus escritos expõe que a formação do ser social se dá mediante um salto ontológico que possibilitou a passagem do ser inorgânico ao ser orgânico e deste ao ser social dotado de consciência, capacidade de diferenciar objetos, de planejar antecipadamente em seu pensamento o que quer objetivar materialmente.

Considerando o conteúdo das DC e a perspectiva teórico-metodológica nelas explícita, deveria ser recorrente a utilização dos escritos de Marx (e de autores marxistas) nas abordagens sobre o trabalho, quando tal categoria integrasse o ementário de disciplinas. Isso porque esse autor, em seus escritos, demonstra a preocupação de realizar uma análise da sociedade capitalista e suas contradições oriundas da exploração da força de trabalho pelo capital, bem como todo o processo de (re)produção das relações sociais e materiais próprias do modo de produção capitalista, questões requeridas pelas DC mencionadas.

A produção teórica marxiana aparece como referência em disciplinas que abordam a questão do trabalho no curso de serviço social das instituições A (uma única referência na bibliografia básica), B (somente bibliografia complementar) e C (bibliografia básica e complementar). Apesar disso, ao se analisar as demais bibliografias básicas indicadas na instituição A, por exemplo, observa-se uma incoerência com a perspectiva crítica defendida pelas DC, haja vista que são utilizados autores, cuja produção se situa em campo teórico bastante distinto da teoria social crítica. É o caso da produção de Dominique Méda (socióloga do trabalho de origem francesa) que tem uma perspectiva distinta da de Marx e advoga a desaparecimento do trabalho e, portanto, põe em questão o próprio potencial revolucionário da classe trabalhadora defendido nos escritos marxianos.

Já em relação à instituição B, este debate parece se realizar a partir de manuais de economia, sem qualquer referência aos clássicos da economia política e, tampouco, à produção marxiana, já que esta só aparece em indicações das bibliografias complementares. Por outro lado, no campo da produção marxista, nessa mesma instituição de ensino, a abordagem de David Harvey sobre os processos de reestruturação produtiva é referenciada tanto na bibliografia básica como na complementar de disciplinas ministradas e afetas ao tema do trabalho.

Os clássicos da economia política (Smith e Ricardo) são referenciados em bibliografia complementar somente em disciplinas da instituição C. As análises dessas produções são importantes para se compreender os pressupostos desses autores assimilados por Marx e os

que foram por ele refutados e que permitiu a esse último avançar na análise sobre o modo de produção capitalista.

Do mesmo modo, somente na instituição C há referência à produção de István Mészáros, importante intelectual do pensamento crítico marxista contemporâneo, cujo texto indicado em bibliografia complementar se refere à estrutura social e formas de consciência. E, também somente na instituição C, em bibliografia complementar de plano de ensino, se verifica a indicação da produção de Isaak Illich Rubin, sobre a teoria do valor em Marx.

De acordo com Lara (2011) parece haver um esforço de docentes e profissionais de serviço social para compreender o processo de constituição e desenvolvimento do ser social a partir da sua categoria fundante (o trabalho), ao se referir ao conteúdo expresso nas DC. No entanto a mesma preocupação não se encontra em grande parte das instituições de ensino. Segundo o autor:

Entendemos que, nas diretrizes curriculares do Serviço Social, a temática *trabalho*, ocupa lugar de destaque na atual proposta acadêmica de formação profissional dos assistentes sociais. O posicionamento hegemônico da profissão, e expresso em seu Código de Ética, também põe o trabalho como eixo central na interpretação das relações sociais da ordem burguesa.

A temática do *trabalho* surge como o principal mote para a intelectualização de mundo do Serviço Social nas décadas de 1990 a 2000. Os assistentes sociais procuram aprofundar seus estudos em autores clássicos como Marx, Engels, Lukács e, a partir de tal aproximação, os profissionais esforçam-se, a nosso ver na compreensão da *ontologia do ser social*, ou seja, dos *modos de ser e condições de existência do homem*. As categorias da realidade social passam a ser apreendidas como formas de ser e existir do ser social e, portanto, nas manifestações da vida social, o trabalho é entendido como a categoria *fundante* da sociabilidade. [...].

Ao estudarmos o mundo do trabalho, devemos compreendê-lo no conjunto das relações sociais, políticas e econômicas do sistema do capital, se não apreendido dessa forma, corremos o perigo de fazer análises fenomênicas que favoreçam somente ao saber erudito, que separa as pesquisas sobre as relações de trabalho da crítica ao capitalismo. (LARA, 2011, p. 286-290. Grifo do autor).

Nos limites do estudo por nós realizado, contudo, este esforço parece ainda ser muito incipiente, indicando a necessidade de provocar o debate sobre o trabalho, a partir dos preceitos marxianos e marxistas, entre docentes e, por certo, entre estudantes e profissionais para, de fato, dar concretude às perspectivas constantes das DC da formação em serviço social. A produção teórica marxiana e da tradição marxista, conforme se denota da análise dos planos de ensino das disciplinas analisadas, em seu conjunto, ainda é pouco expressivo, exceto na instituição C.

No que se refere às discussões teóricas de autores específicos do serviço social vinculados à tradição marxista, merecem destaque as produções de Jose Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Ana Elizabete Mota e Yolanda Guerra, indicadas tanto nas referências básicas como nas complementares, nas disciplinas ministradas nas três unidades de ensino

contempladas no presente estudo. Contudo, observa-se que o debate do trabalho se concentra na chamada “prática” profissional, fato que redundando na utilização de outras produções de natureza técnico-acadêmicas, cujas características podem ensejar debates na esfera fenomênica das demandas do mercado de trabalho e a reprodução de um saber pragmático, se afastando das perspectivas de totalidade que aqueles autores supracitados procuram trazer em suas produções. Tal aspecto é percebido mais claramente quando se analisam as bibliografias básicas indicadas em disciplinas da instituição A. O uso dessas produções para subsidiar o debate sobre o trabalho e sua relação com o serviço social sugere uma preocupação com aspectos operativos da profissão, bem como com questões relacionadas às políticas sociais - nas quais os profissionais de serviço social atuam - e a defesa de direitos em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Por outro lado, nos planos de ensino da instituição B o debate em torno do trabalho e a sua relação com o serviço social parece não ocorrer enfaticamente com base na produção da área, haja vista que é significativa a indicação nos planos de ensino de produções de autores de outras áreas como filosofia, economia e instituições como o Instituto Ethos²³.

Apesar desse quadro muito diverso sobre as perspectivas de análise da temática do trabalho, não poderíamos deixar de fazer alusão, aqui, a importância das contribuições teóricas para o serviço social brasileiro (mas, não só) de José Paulo Netto, referenciadas nos planos de ensino analisados. Fiel à tradição marxista-lukacsiana o autor desenvolve suas análises com base nesses teóricos e traz uma reflexão clara do serviço social no contexto do capitalismo contemporâneo. Citamos aqui dois textos desse autor. O primeiro, produzido em conjunto com Marcelo Braz - *Economia política: uma introdução crítica (2010)* - apresenta uma análise bastante didática e consistente da economia política, sobre crise capitalista e, especialmente, sobre o trabalho como atividade transformadora da natureza e fundante do ser social. No referido texto ganham destaque também reflexões sobre o surgimento e consolidação do modo de produção capitalista, entre outros temas de suma importância para a formação profissional do assistente social. O segundo texto do autor que merece menção foi publicado em 1996, sob o título *Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão*. Nesta produção o autor traz indicativos sobre as determinações das transformações societárias em curso no mundo e o rebatimento delas no serviço social. Pensamos que as análises que ali se encontram foram importantes

²³ Para uma melhor compreensão do que é este visitar <http://www3.ethos.org.br/>.

contribuições naquele momento final em que se elaboravam as DC para a formação profissional de 1996. Nas palavras do autor logo no início do texto

Refletir sobre as possibilidades do Serviço Social, no Brasil e nos próximos anos, parece-me um exercício intelectual e profissional necessário. Porque, por um lado, ninguém pode ter dúvidas de que o período histórico em que estamos situados marca-se por transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades, etc. E por que, por outro lado, tal reflexão é imprescindível para estabelecer, em face dessas transformações, estratégias sócio-profissionais adequadas para responder às problemáticas emergentes.

No encaminhamento de uma reflexão prospectiva sobre o Serviço Social (como, aliás, sobre qualquer atividade profissional) há, porém, alguns equívocos – não excludentes entre si – que devem ser evitados.

O primeiro é o que eu chamaria de ‘fuga para o futuro’, ou seja: a preocupação em examinar possibilidades de desenvolvimento servindo como justificativa da ausência de atenção para com as realidades atuais. Assim, os dilemas contemporâneos são deslocados, na pesquisa, pela centralidade conferida ao que se supõe seja (ou será) o ‘novo’. Saltar para diante é, frequentemente, uma boa saída para escapar às dificuldades presentes.

O segundo reside em converter a *prospecção*, entendida como análise projetiva (com todos os seus riscos), em operação *especulativa*, ou seja: a partir de uma consideração abstrata de alguns dados emergentes da vida social, tende-se a inferir um quadro geral hipostasiado que configuraria o cenário futuro. A especulação, comumente associada a um discurso prescritivo, tem em geral so mostrado como o rosto falacioso da prospecção. (NETTO, 1996, p. 87-8. Grifo do autor).

Por outro lado, da análise das bibliografias utilizadas nas disciplinas que têm em seus ementários discussões afetas ao trabalho, observamos que Marilda Iamamoto é a autora mais referenciada, aparecendo nos planos de ensino apresentados nas três instituições de ensino (A, B e C), tanto nas bibliografias básicas como nas complementares. As produções dessa autora também se pautam na perspectiva teórico-metodológica de Marx e Lukács. Em seus textos Marilda Iamamoto analisa o trabalho na sociedade contemporânea e, a partir desse debate, problematiza a questão do trabalho profissional. A autora “trava” um confronto com o pensamento (neo)conservador e pós-moderno, na medida em que identifica a presença desse pensamento na atuação profissional dos assistentes sociais e os riscos que isso significa para a consolidação do projeto ético-político da profissão.

Da análise dos planos de ensino das três instituições universitárias que possuem curso de serviço social, não é possível identificar se as polêmicas em torno do debate sobre o trabalho e o serviço social - por nós antes referidas com base nas concepções de Marilda Iamamoto, Sérgio Lessa e Gilmaísa Costa -, são apresentadas. Há uma única produção de Sérgio Lessa que é referenciada num plano de ensino da instituição A e, mesmo assim, não trata dessa polêmica e do confronto de suas ideias com as defendidas por Iamamoto, pois se refere ao próprio debate ontológico do trabalho, com base no pensamento marxiano-

lukacsiano. Em sendo assim, considerando a prevalência de indicações das produções de Yamamoto sobre o tema trabalho e serviço social, parece que é a perspectiva de análise desenvolvida por essa autora a aceita pelos docentes que fazem esse debate nos espaços de formação.

Outro aspecto que merece relevo é que o debate sobre o trabalho aparece vinculado às discussões sobre as políticas de emprego, renda e previdência social, o que sugere a predominância de análises que se centram nas transformações do mercado de trabalho e nas repercussões dessas mudanças sobre os postos de trabalho dos trabalhadores em geral e sobre os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, bem como sobre os direitos previdenciários. Essa tendência resta mais evidente na instituição de ensino A. Isso, no nosso ponto de vista, não significa nenhum demérito, mas implica que as discussões relativas à ontologia do ser social podem ser preteridas em virtude da escolha de conteúdos mais imediatamente relacionados às demandas e ao mercado de trabalho profissional e que, ao mesmo tempo, atendam à proposta pedagógica do curso.

Assim, analisamos que as discussões que envolvem a temática do trabalho tornam-se “insuficientes” no que se refere à apreensão da importância do trabalho em sua dimensão social para a satisfação das necessidades humanas, uma vez que é no e pelo trabalho que o ser social se satisfaz. Destaca-se que, por ora, não estamos falando de satisfação econômica (o salário), mas, sim, a satisfação da emancipação, do desenvolvimento enquanto sujeito, do aperfeiçoamento intelectual, entre outras questões afetas à autoconstrução dos homens no e pelo trabalho. Como já mencionamos, os textos utilizados nos espaços de formação para promover o debate sobre o trabalho pendem para a análise restritiva à satisfação econômica, tendem para a reflexão que identifica o trabalho com emprego, como fonte de renda, “esvaindo-se” do debate da precarização do trabalho, da exploração da força de trabalho, da apropriação do mais-valor gerado por esta força, as mais variadas consequências oriundas da relação capital x trabalho, entre outras. Nesta via, apontamos que as dimensões do trabalho e o “mundo do trabalho”, que subsidiam o debate na formação na realidade pesquisada, aponta para duas tendências. A primeira concebe o trabalho como a atividade que funda e desenvolve o ser social, ou seja, estimula a reflexão sobre o trabalho em sua dimensão social por essência. A segunda concebe o trabalho em sua forma social e histórica na sociedade capitalista (trabalho abstrato), sem, contudo, realizar as mediações necessárias para identificar como tal forma se tornou dominante por ser produtor do valor de troca – que é a expressão do valor e que, como essência, revela em que condições e relações sociais ocorrem a produção de

mercadorias. Essa superficialidade do debate acaba por identificar o trabalho como emprego, fonte de renda, possibilidade única – e não histórica - de reprodução da força de trabalho.

O que ganha centralidade nos debates parecer ser, a partir dessa segunda tendência, as configurações do mercado de trabalho, especialmente para identificar os processos de desemprego que atingem grandes contingentes de usuários atendidos pelas políticas operacionalizadas pelos assistentes sociais, bem como para apreender as alternativas possíveis de reinserção naquele mercado e as demandas decorrentes da precarização das condições de vida e de trabalho daqueles mesmos usuários e as do próprio profissional de serviço social. Ainda que tais discussões se mostrem necessárias, elas carecem de mediações para que as respostas profissionais às demandas identificadas não sejam marcadas ou limitadas pelo pragmatismo e consubstanciadas em análises imediatistas da realidade social.

Esse aspecto demonstra que, inegavelmente, a formação profissional sofre constrangimentos decorrentes das imposições das demandas do mercado de trabalho e, considerando que a profissão está inserida no contexto da sociedade capitalista, tais requisições não podem ser simplesmente negadas. A questão é saber em que medida as demandas desse mercado têm sido problematizadas de modo a identificar, como já assinalado, as necessidades sociais, especialmente aquelas do capital, na perspectiva de construir alternativas que fujam ao seu controle e atendam às necessidades dos trabalhadores.

A análise crítica que deve ocorrer no espaço de formação sobre as respostas formuladas pela profissão às demandas do mercado de trabalho confronta a lógica dominante no interior das universidades brasileiras que, por sua vez, têm aderido ao projeto do capital, subjugando necessidades humanas aos interesses econômicos – tanto do capital internacional como do nacional. As reflexões de Marilda Yamamoto são, aqui, bastante pertinentes:

[...] pensar o trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche requer também tratar o processo de formação profissional dessa força de trabalho qualificada no âmbito do ensino universitário, sujeito às injunções econômicas, políticas e ideológicas da prevalência dos interesses grande capital e de seus centros estratégicos mundiais. Ao incorporarem os Estados nacionais à suas estratégias de reprodução, atingem profundamente as políticas públicas -, entre elas a política educacional, com profundas incidências na vida universitária, reconfigurando sua natureza e seu papel na sociedade, o que atinge diretamente a capacitação dos profissionais e pesquisadores. (IAMAMOTO. 2007, p. 432),

As ponderações da autora reafirmam a conexão entre os projetos de universidade e de profissão e o projeto societário que se defende e se pretende tornar efetivo.

Um fato que nos chamou a atenção durante a análise dos programas apresentados pelas unidades de ensino diz respeito a uma disciplina que busca construir um perfil

empreendedor para o assistente social, bem como procura destacar a importância do pensamento empreendedor para o desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, se o serviço social brasileiro assume uma direção social na qual a transformação da sociedade é uma tarefa de classe, uma disciplina que pretende reforçar uma cultura empreendedora centrada numa ação individual destoa dessa direção e se afasta das DC para os cursos de serviço social. A cultura empreendedora é trazida para o interior da formação a partir de um dos seus mais conhecidos defensores no contexto nacional: José Carlos de Assis Dornelas (2005). Na produção referenciada - *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios* - o autor destaca o potencial empreendedor de indivíduos como alternativa para enfrentar os desafios que se colocam às pessoas em face das transformações do mundo do trabalho²⁴. Contraditoriamente, nessa mesma proposta de ensino apresentada pela instituição B e que envolve as discussões sobre o trabalho, o texto de Yolanda Guerra (1995)²⁵ - *A instrumentalidade do serviço social* – também é referenciado. Essa produção aponta, entre outros muitos aspectos, para a necessidade de o profissional de serviço social diferenciar as teorias produzidas por uma racionalidade formal-abstrata daquelas oriundas de uma racionalidade substantiva, que permite a apreensão da realidade social numa perspectiva de totalidade. Pensamos que na situação em comento possa se reproduzir um equívoco muito comum observado no meio profissional, qual seja: a confusão entre instrumental técnico-operativo usado pelo serviço social e o debate acerca da instrumentalidade do serviço social.

Emprestamos aqui as ponderações de Yolanda Guerra (2007) a esse respeito:

A instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. (GUERRA, 2007, p. 02).

Do que conseguimos apreender a partir das análises feitas sobre os planos de ensino de disciplinas ministradas nos cursos de serviço social das 3 (três) instituições universitárias a que tivemos acesso, podemos dizer que há uma tendência de o debate sobre o trabalho – especialmente em relação ao seu caráter ontológico - previsto nas DC ser realizado em dissonância com a perspectiva nelas explícita. As produções de autores clássicos dão lugar a manuais e intérpretes de qualidade questionáveis sobre os fundamentos da economia política

²⁴ Para uma apreensão melhor do texto pesquisar a própria apresentação do autor sobre o livro. Disponível em: <http://www.josedornelas.com.br/wpcontent/uploads/2009/09/manualdoprofessor_empreendedorismopdf>. Acesso em: 16 fev.2016.

²⁵ Em alguns autores o ano da citação que expomos pode não conciliar com o da referida nas referências bibliográficas dos planos de ensino, o motivo se deu por não conseguirmos a obra do referido ano.

que, no nosso entendimento, reduzem significativamente debates importantes que deveriam existir sobre a complexidade e dinâmica do modo de produção capitalista. Tal fato, se não hipoteca, coloca inúmeros obstáculos para que o processo de formação profissional seja direcionado em conformidade com as DC para os cursos de serviço social.

Ainda que autores de peso da área sejam referenciados na bibliografia básica (e complementares) de disciplinas que tratam do tema do trabalho, a potencialidade de suas reflexões pode ser anulada pelas abordagens instrumentais, imediatistas e pragmáticas sobre o cotidiano interventivo do assistente social e sobre o mercado de trabalho, redundando na reprodução do pensamento conservador no interior do serviço social.

No nosso entendimento, ainda que o estudo aqui apresentado, em virtude de seus limites, não possa ser conclusivo, ele traz importantes indicativos para que a categoria se atente para os rumos da formação profissional, tomando como parâmetro as DC. Nesse sentido, podemos apresentar algumas questões que nos preocupam sobretudo: que tipo de profissional está sendo formado? A que tipo de conhecimentos os futuros profissionais estão tendo contado no espaço de formação? A que interesses esses conhecimentos atendem? As demandas do mercado de trabalho estão sendo problematizadas de maneira que as necessidades sociais sejam identificadas?

Esses questionamentos apontam para a necessidade de a implementação das DC continuar na pauta de debate e constituir permanente objeto de pesquisas. E, particularmente no que se refere ao debate do trabalho, vislumbramos que há uma necessidade de se construir uma base comum de entendimento da perspectiva que está presente naquelas diretrizes, sob pena de se verificar a sua mais completa esterilização. E, nesse sentido, concordamos com Lara (2011, p. 18-19. grifo do autor) quando afirma que:

Por estas questões, optamos por estudar o mundo do trabalho e, simultaneamente, questionar os caminhos da produção do conhecimento, pois vivemos na contemporaneidade uma contrarrevolução extrema. A desconsideração desta situação em relação à processualidade social pode nos levar à ‘doce melodia’ do debate da pós-modernidade, que tudo coloca em xeque com intenso esforço de erradicar a análise crítica da luta de classes, da propriedade privada, do trabalho estranhado, por conseguinte, oculta o principal questionamento que, a nosso ver, é a produção e a reprodução da vida social sob o sistema do capital. [...].

O desafio [...] é estudar as investigações dos assistentes sociais sobre o mundo do trabalho e analisar suas construções teóricas, para assim termos as principais tendências de estudo dos profissionais em Serviço Social sobre a relação capital *versus* trabalho contemporânea e, especialmente, visualizarmos possíveis ‘caminhos’ teóricos e políticos em relação a nossas preocupações cotidianas com a luta de classes.

As principais inquietações que [...] [ainda se colocam] são as seguintes: o conhecimento produzido pelo Serviço Social subsidiado pelas ciências sociais e humanas a respeito da principal tensão da vida social, que academicamente nomeamos de mundo do trabalho, tem como objetivo desvendar a *potencia revolucionária do trabalho*? O conflito capital *versus* trabalho foi solapado pela

fome voraz do título da ‘Universidade produtorista’ e se tornou mais uma temática de estudo?

Em sua análise, o autor realiza uma “inquietante denúncia” dos rumos que a formação profissional em serviço social esta tomando, bem como realiza uma crítica indireta as instituições de ensino que não se valem das DC vigentes na construção de seus planos curriculares. Vinculamo-nos à análise do autor quando afirma que:

No caso específico do Serviço Social, as diretrizes curriculares do curso situam a profissão inserida no conjunto das relações de produção e reprodução da vida social, sendo de caráter interventivo e que atua no âmbito da ‘questão social’. Essa aproximação da profissão com a realidade social não é simplesmente um epifenômeno. Por tal razão, acreditamos que os ‘objetos de estudo’ do Serviço Social necessariamente, partem de uma realidade concreta determinada socialmente, ou seja, estabelecem suas mediações em uma sociedade que se produz e reproduz por meio de suas *contradições inconciliáveis*. Portanto, ao nos aproximarmos de uma *concepção de pesquisa* que reconhece a realidade social como o ponto de partida das análises científicas e, conseqüentemente, da *produção de conhecimento* que desencadeia *rupturas*, entendemos que estamos próximos a respostas concretas para os dilemas da *mundaneidade* social. (LARA, 2011, p. 213, grifo do autor).

As preocupações do autor sobre os rumos da formação são por nós compartilhadas, contudo, como já mencionamos, o avanço do conservadorismo no serviço social não deve ser criticado apenas com foco nas propostas curriculares, mas também devem ser dirigidas às concepções de profissão e de formação profissional que docentes passam aos estudantes, bem como as que esses mesmos têm ao chegarem na universidade e as que passam a assumir após o processo de formação. Não é raro se ouvir de estudantes ao serem indagados sobre as razões da escolha do curso de serviço social de que o fizeram porque gostam de “ajudar as pessoas”. Não bastasse isso, vinculam a profissão ainda às práticas e convicções religiosas. Finalmente, cravam a decadência ao afirmar que estão realizando o curso “apenas para ter um diploma de curso superior”. Os problemas se agravam ainda mais quando se constata que os conteúdos programáticos que constituem os ementários das disciplinas ofertadas nos cursos de serviços social se afastam das DC ou, quando não, são trabalhados de maneira superficial e mesmo distorcida pelos docentes.

Em virtude disso o aprofundamento dos debates sobre o trabalho, a partir da matriz marxiana, se coloca como uma questão central a ser enfrentada pela ABEPSS e suas regionais na implementação das atuais DC, uma vez que estas foram pensadas para dar uma direção social à formação, em consonância com o projeto ético-político construído pelo conjunto da categoria.

Assim sendo, afirmamos aqui, a necessidade de se defender uma universidade que aborde a crítica à sociedade burguesa, que lute em favor da autonomia universitária e pela qualidade do ensino, que em seu projeto político pedagógico não dissocie o tripé ensino, pesquisa e extensão. A esse respeito, elucidativas são as reflexões feitas por Yamamoto (2007, p. 432):

A universidade que se defende é aquela que cultiva a razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares de determinadas classes ou frações de classes; uma instituição a serviço da coletividade, que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições específicas.

Nos marcos da implantação do projeto de reestruturação das universidades públicas aliado ao crescimento exponencial das instituições de ensino privada e a distância, a oferta de vagas para o ensino em serviço social tem aumento em demasia. Sendo assim, tendencialmente está se constituindo um exército de reserva de assistentes sociais disponíveis ao trabalho, haja vista os limites de inserção desses profissionais no mercado de trabalho. Aqui, também são relevantes as contribuições de Yamamoto (2007, p. 440):

O crescimento exponencial do contingente profissional, a curto prazo, traz sérias implicações para o exercício profissional e para as relações de trabalho e condições salariais por meio das quais ele se realiza. Pode-se antever um *crescimento acelerado do desemprego nesta área*, pois dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional, pressionando *o piso salarial, a precarização das condições de trabalho e aumentando a insegurança do trabalho*. A hipótese que se pode aventar é que o crescimento do contingente profissional, ao tempo em que eleva a lucratividade nos negócios educacionais -, um curso barato, voltado predominantemente ao público feminino -, poderá desdobrar-se na criação de um *exercito assistencial de reserva*. Isto é, *aquele crescimento poderá figurar como um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade enquanto estratégia de obscurecimento das clivagens de classe e da radicalização da exploração do trabalho que funda a prevalência do capital que rende juros, o qual mascara sua relação com o mundo do trabalho. a invisibilidade do trabalho e a naturalização das relações sociais -, travestidas na ótica da coesão social -, mostram-se como ingredientes ideológicos conservadores numa sociedade que prima pela reprodução acelerada das desigualdades de classes, e convive com permanentes ameaças de revoltas dos segmentos subalternizados*. Esta ilicitação adquire sentido em um ambiente político eivado de políticas públicas que estimulam a *assistencialização da pobreza* e a sua focalização, em detrimento de um efetivo processo de redistribuição de renda e universalização dos direitos sociais para o conjunto dos trabalhadores, o que é atestado pelos mais elevados índices mundiais de concentração de riqueza que tem lugar no país. (grifo da autora).

Diante das problemáticas que envolvem a formação profissional aligeirada, a formação profissional reducionista, a formação profissional esvaziada da realidade concreta, a mercantilização do ensino, entre outras, novamente nos colocamos algumas indagações: Qual

o projeto de sociedade que defendemos? Qual projeto de formação profissional defendemos? Em que medida os projetos pedagógicos das unidades de ensino dão materialidade ao projeto ético-político da profissão e às DC construídas há quase duas décadas?

4.2 Valorizando importantes referenciais teóricos.

Apesar de se verificar uma variada gama de bibliografias utilizadas no trato do tema do trabalho na formação profissional e, por certo, grandes contradições e, até mesmo, porque não dizer um grande ecletismo em face da justaposição de autores cujas perspectivas são antagônicas, consideramos importante valorizar algumas reflexões que estão sendo usadas para direcionar os debates sobre o referido tema nas disciplinas dos cursos que compuseram a amostra desse estudo. Salientamos que embora tais bibliografias se encaixem na teoria social crítica, existe uma diferença teórica entre os mesmos. No entanto, expor-se-á aqui apenas a importância das mesmas na formação profissional do assistente social.

Dentre as referências citadas pelas instituições²⁶ mencionaremos algumas que, no nosso entendimento, deveriam estar como fonte de estudos básicos ou serem minimamente considerados pelos docentes na condução das atividades de ensino.

Uma primeira indicação é o livro de Lênin (1979) intitulado *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Nessa obra o autor descreve as ações do capitalismo global financeiro como fonte de geração de lucro. Para ele o imperialismo vem a ser a última fase do capitalismo. Assim, o autor leva a seus leitores uma reflexão no contexto histórico que se deu esta transição do capitalismo ao imperialismo e o faz através em dez capítulos: a concentração da produção dos monopólios; os bancos e sua nova função; o capital financeiro e a oligarquia financeira; a exportação de capitais; a partilha do mundo entre os grupos capitalistas; a partilha do mundo entre as grandes potências; o imperialismo, fase particular do capitalismo; o parasitismo e a decomposição do capitalismo; a crítica do imperialismo e o lugar do imperialismo na história.

Outra produção importante indicada em planos de ensino analisados é a do professor Sérgio Lessa (1999) intitulada *O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade*. O autor problematiza as categorias produção e reprodução da vida social, através do trabalho e influências na sociabilidade humana. Assim o autor reafirma os

²⁶ Alguns textos não estavam nas referências, mas achamos importante citar outras produções de seus autores dada a importância deles para as reflexões realizadas no âmbito da formação profissional e para o entendimento da realidade concreta em que vivemos.

pressupostos ontológicos marxianos expondo que, pelo e no trabalho, o ser social se constitui como um novo ser, distinto do da natureza, ainda que nunca deixe de ser também um ser natural. A atividade do trabalho se realiza a partir do pôr teleológico (constrói o produto, a ação em sua cabeça antes de objetivá-la materialmente). Para o autor, o trabalho é a categoria que possibilita ao ser social a transformação da natureza em bens que satisfaçam suas necessidades básicas de desenvolvimento, bem como é a partir desta relação de regulação, mediação, controle sobre a natureza que o ser social desenvolve novos conhecimentos e os aplica nos processos de trabalho e relações sociais com outros de sua espécie. E na medida em que o ser transforma a natureza ele também se transforma. E, por fim, Lessa (1999) analisa as influências do desenvolvimento do ser social através do trabalho em sua reprodução social, que se traduz no desenvolvimento dos primeiros gestos, linguagem e, posteriormente, a ideologia, a política, etc. Outro texto interessante do autor que não aparece em nenhuma das referências é o *Porquê serviço social não é trabalho?* Neste, o autor explicita através de uma crítica direta à Marilda Yamamoto porque na concepção dele serviço social não é trabalho, questão por nós anteriormente problematizada.

Ruy Mauro Marini (1973) e seu *Dialectica da dependência* é também referenciado complementarmente em plano de ensino. Nesta obra Marini, explicita suas ideias acerca da superexploração da força de trabalho que, segundo ele, é um elemento estrutural no contexto das economias do continente latino-americano.

Suas análises sobre a intensificação da exploração da força de trabalho são importantes para que os futuros assistentes sociais possam compreender que, em virtude das relações de dependência das economias periféricas com o capitalismo central, as perdas econômicas decorrentes da drenagem da riqueza aqui produzida para o centro do capitalismo são compensadas pelas burguesias nacionais a custa daquela superexploração do trabalho. Esse processo tem como produto condições precárias de vida e de trabalho dos trabalhadores e impactam diretamente no desenho, conteúdo e alcance da política social, mediação importante para se pensar as relações entre as classes fundamentais nos países latino-americanos, como o Brasil.

Em particular, no que se refere às relações de dependência Marini (1973, p.32-33) afirma que:

É nesse sentido que a economia dependente — e, por consequência, a superexploração do trabalho — aparece como uma condição necessária do capitalismo mundial, contradizendo àqueles que, como Fernando Henrique Cardoso, a entendem como um fenômeno acidental no desenvolvimento deste. A opinião de Cardoso, emitida num comentário polemico ao meu ensaio, é a de que, tendo em

vista que a especificidade do capitalismo industrial reside na produção de mais-valia relativa, tudo o que se refere às formas de produção baseadas na mais-valia absoluta, por significativa que seja sua importância histórica, carece de interesse teórico. Entretanto, para Cardoso, isso não implica abandonar o estudo da economia dependente, uma vez que nesta se dá um processo simultâneo de desenvolvimento e de dependência, o que faz que, em sua etapa contemporânea, ela esteja baseada também na mais-valia relativa e no aumento da produtividade.

Assinalemos, inicialmente, que o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa — a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outra parte, a conversão do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real ²⁷.

Ainda que existam polêmicas em relação aos argumentos desenvolvidos por Marini acerca da superexploração do trabalho que, por certo, não é um fenômeno exclusivo das economias periféricas, o debate sobre a realidade dessas economias é essencial para que os assistentes sociais consigam fazer as conexões necessárias entre o geral (modo de produção capitalista) e o particular (capitalismo latino-americano), haja vista que essa mediação ajuda a desvelar as determinações das expressões da questão social na realidade social brasileira (sua singularidade) sobre as quais incide a prática profissional.

Ricardo Antunes tem suas produções indicadas para balizar os debates sobre o tema das transformações do mundo do trabalho, ainda que o seja em apenas uma das unidades universitárias que compuseram a amostra desse estudo. Em *Os sentidos do trabalho* (2009) e em outros textos o autor aborda as grandes mudanças do mundo do trabalho e as consequências da reestruturação produtiva sobre o trabalhador, que se traduzem, entre outras consequências, na depreciação da saúde do trabalhador, enfraquecimento do movimento operário, precarização estrutural do mundo do trabalho, aparecimento de teorias que versam o fim da centralidade do trabalho, da desaparecimento da teoria valor trabalho, etc.

Harry Braverman é referenciado a partir de sua produção intitulada *Trabalho e capital monopolista* (1977). Neste texto o autor analisa a questão do mundo do trabalho sob as égides do capitalismo monopolista. Nas análises do autor sob os ditames do capitalismo do século XXI há uma tendência à desqualificação e degradação do trabalho, haja vista a adoção das estratégias de flexibilização, precarização, desregulamentação, polivalência do trabalho vivo, etc.. O autor desenvolve suas teorias a partir da investigação do processo de

²⁷ Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em: 22. Fev. de 2016.

“reformulação” capitalista, e em seguida busca analisar as novas formas utilizadas pelo capital para dominar não apenas os meios de produção, mas também a produção das ideologias. Desta forma o capitalismo “passa” a educar os trabalhadores em conformidade com sua ideologia, criando um novo tipo de trabalhador adepto as suas orientações, tornando-o alheio à luta de classes.

Toda fase do processo do trabalho é divorciada, tão longe quanto possível do conhecimento e do preparo especial, e reduzida a simples trabalho. Nesse ínterim, as relativamente poucas pessoas para quem se reservam instrução e conhecimento são isentas tanto quando da obrigação de simples trabalho [...]. Esta poderia até ser chamada a lei geral da divisão do trabalho capitalista. Não é a única força atuando sobre a organização do trabalho, mas é certamente a mais poderosa e geral. Seus resultados, mais ou menos adiantados em cada indústria e ocupação, dão irrecusável testemunho de sua validade. Ela modela não apenas o trabalho, mas também populações, porque em longo prazo cria aquela massa de trabalho simples que é o aspecto principal das populações em países capitalistas desenvolvidos. (BRAVERMANN, 1981, p. 80).

Em virtude da densidade de suas análises e, pensando sobre as discussões atinentes ao tema trabalho e sua relação com o serviço social, acreditamos que o autor seja uma importante referência para o debate, considerando as DC para a formação profissional.

Marilda Vilela Iamamoto, em seu livro *Trabalho e Indivíduo social* (2001), desenvolve uma análise sobre a constituição do ser social através do trabalho e, a partir desse pressuposto, constrói mediações para problematizar as condições e relações do indivíduo social que se materializa numa sociedade do trabalho. A autora estuda com afinco a realidade do dia a dia de trabalho dos cortadores de cana no estado de São Paulo, explorados pela agroindústria canavieira. Estes trabalhadores, segundo a autora, são contratados por meio de contratos temporários de trabalho e laboram sob condições sub-humanas, expostos a longas jornadas, má alimentação, baixos salários, exposição à radiação solar direta, risco de cortes e/ou até amputação de membros, risco de mordidas de animais peçonhentos, entre outros. Tal ato laboral sob estas condições reduz drasticamente a expectativa de vida destes trabalhadores²⁸. De acordo com Iamamoto (2008, p. 228):

O excesso de desgaste de energia afeta o corpo, mente, emoções de homens e mulheres que trabalham na colheita, atingindo seu universo familiar e social. A condição de trabalho necessário à sobrevivência passa necessariamente pela produção de um tempo de trabalho excedente. [...] O fetichismo da forma de salário é reforçado pelo pagamento por produção.

²⁸ Outra importante pesquisadora nesta área em questão do serviço social é Raquel dos Santos Santana e o seu *Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social* (2012).

O estudo apresentado pela autora, assim, traz importantes indicações para os profissionais de serviço social, especialmente no que se refere a necessidade de se conhecer a realidade de vida e de trabalho dos usuários dos serviços operacionalizados pelos assistentes sociais no cotidiano interventivo, seja no campo ou na cidade, público ou privado, independentemente da política a que se vincula a ação profissional.

Maria Lúcia Barroco em seu livro *Ética: fundamentos sócio-históricos*, (2011.) Barroco, neste texto, remete a uma reflexão que ligue o desenvolvimento de uma ética profissional que seja compatível com um projeto profissional crítico, democrático, fundamentado na teoria social crítica, buscando a emancipação do sujeito, criticando sob este prisma de análise uma crítica ao conservadorismo presente na ação profissional. No decorrer de sua análise a mesma se utiliza da teoria marxiana ao refletir sobre o surgimento e desenvolvimento do ser social, posteriormente a autora vai começar a desenvolver seus estudos os fundamentos sócio-históricos da ética passando por Aristóteles, Lenin e Rosa Luxemburgo até chegar ao seu objeto seminal a ética profissional sob o prisma marxista.

David Harvey, em *A Condição pós-moderna* (1992), também merece destaque em nossas análises. Também se fundamentando em Marx, o autor desenvolve sua teoria a respeito do desenvolvimento do capitalismo e suas consequências sobre o mundo do trabalho e sobre os trabalhadores. A condição pós-moderna de Harvey se refere às transformações ideoculturais em voga, tais transformações alteraram toda uma estrutura social, econômica, política, entre outras. No texto em análise o autor vai desenvolver um conceito que a nosso entendimento é o elo para se entender a modernidade a *destruição criativa*, ou seja, ao passo em que se é qualitativamente criativo o é criativamente destrutivo, assim temos o novo se construindo sob os trapos do passado. E de acordo com Harvey (1992, p. 26), seria através deste heroísmo criativo que se garantiria o progresso humano.

Hobsbawm, autor de *A era do capital* (1978), também é referenciado complementarmente em planos de ensino por nós analisados. Nesse livro, o autor traça o contexto histórico da Primavera dos povos (1848) na Europa e a grande depressão em 1875. O historiador traça o estudo de uma sociedade que transitou do feudalismo ao liberalismo clássico e, que, segundo ele no plano mais amplo o autor analisa o avanço da ciência, razão, economia no capitalismo das indústrias, entre outras dimensões do processo histórico capitalista. Naquela obra acima referenciada, mas em outra publicação (2011), o autor explicita sua opinião sobre o triunfo da ordem do capital:

O triunfo global do capitalismo é o tema mais importante da história nas décadas que sucederam 1848. Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o

crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive à força de trabalho) e vender mais caro. [...] Um mundo de contínuo e acelerado progresso material e moral. (HOBSBAWM, 2011, p. 21).

Temos neste autor uma importância seminal, principalmente no que tange a reflexão intelectual do processo de formação sócio-histórica da sociedade, dos processos sociais, particularidades da consolidação do capitalismo, etc. bem como o mesmo ao longo de seus escritos nos oferece clareza ao descrever a consolidação da sociedade burguesa, divisão de classes, lutas sociais, formas de exploração dominação, dimensões ideoculturais, ideopolíticas, éticas, entre outras. Pressupostos, estes que atravessam todo o processo de formação profissional do assistente social, uma vez que, é sob estas “novas” configurações que emergem na sociedade que o profissional estará sendo chamado a refletir e intervir.

Mészáros, em sua obra *Estrutura social e formas de consciência a determinação social do método* (2009), a obra do filósofo Mészáros, traz uma reflexão de suma importância ao realizar uma clara distinção entre os projetos societários existentes na atualidade, Mészáros vai nos explicitar as barreiras ideológicas impostas à reprodução social dos indivíduos em tempos que reina o capitalismo. Bem como o autor vai advogar que é através da análise do contexto sócio-histórico, do movimento de transformações societárias que se dará o passo à superação da ordem capitalista.

Todos os autores aqui mencionados se situam no campo da teoria social crítica. Parte deles, seja de forma direta ou indireta, analisam o ser social, o trabalhador, a sociedade, a sociabilidade, etc.. Alguns outros abordam a ação profissional sob o capitalismo atual e suas mais variadas formas de exploração. Contudo, a incidência da indicação dessas produções, cujos conteúdos estão em consonância com as DC, se concentra em disciplinas de uma única instituição de ensino (C), ainda que algumas sejam também, com incidência menor, indicadas em disciplinas das demais unidades.

Essa realidade indica que para enfrentar os problemas dela decorrentes é necessário promover uma articulação, se não entre instituições de ensino, entre docentes comprometidos com a implementação das DC defendidas pela categoria profissional, de modo a construir uma base comum categorial/conceitual que envolva, especialmente, a questão do trabalho e serviço social. Essa proposta deve ser implementada levando em conta o que nos aponta Lara (2011, p. 291):

Ao estudarmos o mundo do trabalho, devemos compreendê-lo no conjunto das relações sociais, políticas e econômicas do sistema do capital, se não apreendido desta forma, corremos o perigo de fazer análises fenomênicas que favoreçam

somente ao saber erudito, que separa as pesquisas sobre as relações de trabalho da crítica ao capitalismo.

É preciso esclarecer que tal proposta não implica a retirada de autonomia de cátedra dos docentes que lecionam as disciplinas mais afetas ao debate sobre o trabalho, mas se apresenta como uma alternativa para construir processos que possam dar materialidade às DC que subsidiam os projetos de formação das diferentes unidades de ensino. A partir de um grupo de trabalho (GT) que agregue esses docentes, por exemplo, divergências podem ser explicitadas, equívocos ou dificuldades de interpretação teórica podem ser superadas, fazendo avançar as reflexões nos espaços da formação que, posteriormente, repercutirão sobre a qualidade do exercício profissional.

Essa não é uma empreitada fácil, mas parafraseando Mota (2011) “[...] *não devemos ter medo do enfrentamento, caso o tenhamos não devemos ser assistentes sociais*”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo deste texto concluímos que, o processo de privatização da educação e implantação das políticas neoliberais já iniciados no período ditatorial e que assevera pós década de 1990, provocam transformações sem precedentes na esfera educacional e em especial na educação superior. Como vimos já na ditadura militar se inicia um processo de reconfiguração da função social da universidade e mais a frente sob os preceitos neoliberais dar-se continuidade ao processo de mercantilização do ensino, precarização estrutural e material das unidades de ensino públicas, que se traduzem principalmente em: falta de concursos públicos para técnicos-administrativos e professores, intensificando cada vez mais o trabalho destes que tem de aliar atividade docente na graduação e pós-graduação, atividades administrativas, produção acadêmica (cada vez mais tem se cobrado dos professores a produção), etc. levando muitas vezes tais profissionais ao adoecimento físico e/ou psíquico, número alto de alunos por professor, salas de aula com debilidade de recursos materiais básicos, entre outros. Bem como, a função da universidade na formação do futuro profissional passa a atender as demandas do capital.

Sob o discurso já conhecidos de debilidades orçamentárias, o governo da continuidade a um processo de privatização/mercantilização do ensino, basta votarmos ao início do texto e nos atentar aos projetos de lei citados que passam a abrir as portas para o investimento privado, cobrança de taxas em cursos profissionalizantes, mestrado, entre outros. Os “sintomas” deste leque de transformações se mostraram evidentes ao longo de nossa análise: dissociação do tripé ensino, pesquisa e extensão, produção de conhecimento voltado aos interesses do capital, primazia pela quantidade e não qualidade dos formandos/profissionais, etc.

Este quadro se agrava diante do significativo avanço das universidades privadas, de acordo com pesquisa por nós realizada no *website* do MEC existem cerca de 2380 polos de ensino privado no país em detrimento de 285 polos de ensino público, em face de tamanha disparidade, não se mostra necessário que realizemos reflexões mais aprofundadas no que se refere à preferência do governo federal em qual setor investir, público ou privado.

Entendemos que foi diante deste contexto com a educação pública e do avanço neoliberal coadunado com as transformações societárias em voga, que docentes das mais variadas instituições de ensino, conjunto CEFESS/CRESS, ENESSO pensassem uma nova estrutura curricular de formação profissional em serviço social, e após dois anos de profícuos debates resultou na elaboração das atuais DC do curso de serviço social, diretrizes estas que

“passava” a adotar a teoria social crítica como norte de análise da realidade, agir profissional, etc.

Sob novas perspectivas de análise da realidade, novas disciplinas, princípios norteadores que vão de encontro ao projeto societário capitalista, núcleos de fundamentos que apreendem desde a formação do ser social, passando pela particularidade sócio-histórica brasileira e “terminando” com a apreensão do trabalho profissional, concluímos que as novas diretrizes curriculares têm por objetivo formar profissionais com capacidades críticas, propositivas, interventivas, dotados de habilidades teórico-metodológica, técnico-operativas e ético-políticas de intervir na realidade a favor de um coletivo da sociedade a muito ocultado de seus direitos, a muito explorados sob os preceitos do capitalismo contemporâneo. E os embates para materialização das DC se mostraram notórios. Desconfiguração por parte do CNE deste documento reduzindo-o a um currículo mínimo, alteração de grande parte dos princípios, redução das disciplinas obrigatórias, redução da carga horária mínima para formação profissional e processo de estágio obrigatório, entre outras, concretizamos nossa defesa ao analisarmos os pareceres e resoluções do CNE, já aqui analisados. Como nos diz Boschetti (2004), tal redução não se deu por motivos de formatação do texto, ou “mero” resumo, mas sim por estas se mostraram “completamente” contra as diretrizes impostas pelo ideal neoliberal para a formação profissional e adotado pelo Estado brasileiro pós-golpe militar e continuado pelo governo federal pós Constituição Federal de 1988.

Sob os pressupostos determinados pelo MEC para a formação profissional em serviço social, grande parte se não todas as instituições de ensino privado passam a adotá-los no processo de elaboração de seus respectivos projetos político-pedagógicos formativos do profissional. Nesta direção, analisamos que sob tais orientações a formação profissional em serviço social torna-se aligeirada, esvaziada da realidade, “incapaz” de formar um profissional para atuar criticamente na realidade concreta, entre outras.

Salientamos que o processo de construção das DC não se deu livre de divergências teóricas, por parte dos profissionais envolvidos, demasiados foram os debates realizados em torno de demarcar qual viria a ser o objeto de intervenção profissional, numa ponta do debate tinha Iamamoto com a defesa de apreender a questão social como objeto de intervenção e na outra Faleiros vindo em defesa das políticas sociais. Concluímos diante do contexto por nós analisado, ir em defesa de Iamamoto, uma vez que, é nesta que encontramos a base sustentadora do agir profissional, é a partir do estudo desta que se desenvolvem projetos de intervenção ante as imposições capitalistas, bem como entendemos que as políticas sociais não são senão respostas as expressões da questão social, porém entendemos que a posição da

autora não é isenta de críticas, uma vez que apreender a questão social como objeto exclusivo da ação profissional do assistente social seria cairmos nos preceitos do mecanicismo profissional, ou seja, sem análise do real, sem análise do contexto no qual o sujeito demandatário esta inserido.

Outro debate difundido no processo de construção das DC e em tona até os dias atuais se refere à polêmica discussão de entender ou não o serviço social como trabalho. Baseado nos textos de Yamamoto, Lessa e Costa anteriormente estudados com afincos entendemos como mais “correta” a defesa de Yamamoto em apreender o serviço social como trabalho, uma vez que enquanto sujeito assalariado esta sujeito às demasiadas contradições geradas na relação capital x trabalho, é um profissional participe de um trabalho coletivo, logo se insere mesmo que indiretamente na “produção” de mais-valor. A mesma se coloca a disposição de críticas e coloca um importante desafio a todas e todos profissionais, o desafio de defender tal tese sob preceitos marxianos no que diz respeito à desconstrução de interpretações singulares, equívocos conceituais, entre outros. Ou seja, para a autora não devemos cair na singularidade de analisar se determinada profissão é ou não trabalho a partir única e exclusivamente de seu processo de trabalho a transformar ou não a natureza em produtos que satisfaçam as necessidades humanas e, por conseguinte a geração de mais-valor, mas sim analisar o processo de trabalho tanto em sua dimensão social como em sua dimensão econômica.

Concluimos diante das análises dos planos de ensino das instituições que fizeram parte da amostra de estudos, que a instituição de ensino que mais coaduna com as diretrizes curriculares do serviço social é a C, uma vez que a mesma tanto em seu referencial bibliográfico básico como no complementar se utiliza de autores da teoria social crítica, autores do serviço social que seguem a mesma perspectiva política, disciplinas que compreendem a totalidade proposta pelas DC, bem como é nesta que nosso objeto de estudo, a categoria trabalho, tem seu debate realizado tanto na esfera deste como ente fundante e desenvolvedor do ser social, passando pelo debate da importância do trabalho enquanto potencial emancipador do ser social, não se esquecendo de analisar a apropriação deste como potencial categoria de geração de mais-valia.

Debate este que não encontramos nas instituições A e B, nestas unidades de ensino encontram-se indícios de que se debate a categoria em análise se dá a partir de manuais de economia, a partir da teoria administrativa, além da mínima utilização de autores da teoria crítica. Tal fato se concretiza se voltarmos à unidade de ensino B que em uma de suas disciplinas tem por objetivo geral traçar um perfil empreendedor ao assistente social e se não bastasse isso explicita que cabe ao profissional destacar a importância do empreendedorismo

no desenvolvimento da sociedade. Tal difusão de pensamento se dá mediante utilização das teorias de um dos principais expoentes do empreendedorismo no país, José Carlos Assis Dornelas em seu *Empreendedorismo: transformando idéias em negócios*, a referida obra expõe aos leitores a importância do empreendedorismo no enfrentamento das atuais vicissitudes exploratórias, ideológicas do mundo do trabalho. Não obstante, concluímos que tendencialmente esta se reduzindo o debate sobre o trabalho às políticas de emprego, renda e previdência, tal tendência aparece com mais evidência no referencial da instituição A.

Para finalizar, deixamos aqui nossa proposta de que se fortaleça o já existente grupo de trabalho da ABEPSS (Grupo Temático de Pesquisa: Trabalho, Questão Social e Serviço Social), bem como agregar cada vez mais profissionais (dentro dos limites e possibilidades) que estudem os temas acima. Tal grupo além de analisar a produção de conhecimento nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras sobre as temáticas: Trabalho, Questão Social e Serviço Social, o grupo possui o objetivo ainda maior de agregar docentes e pesquisadores através da realização de debates, conferências, encontros, entre outros tendo como finalidade a exposição de divergências teóricas, propostas de estudos, desafios e preocupações sobre o rumo da formação profissional em serviço social. No entanto, o grupo de trabalho a nosso entendimento possui um fim ainda maior o de evidenciar a importância da luta contra quaisquer formas de privatização, mercantilização do ensino, a luta pela formação profissional de qualidade e em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (Texto na íntegra aprovado em assembleia em novembro de 1996). Rio de Janeiro: 1996. Rio de Janeiro novembro de 1996. Disponível em: http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf.

ABREU, Maria Helena Elpidio. A experiência da “ABEPSS itinerante”: a atualidade do projeto de formação profissional frente à contrarreforma da educação. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 13, n. 25, p. 113-132, jan./jun. 2013. Disponível em: Acesso em: 13 fev. 2016.

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. In: O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social brasileiro – 1947 a 1961. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008. Disponível em: < <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/13/78>.

ARAÚJO, Carlos. ET AL... O processo de reconceituação do serviço social no Brasil: emergência do movimento de ruptura. In: SILVA, Maria Ozanira Silva. *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.

BARROCO, Maria Lúcia Silva *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2008 (Coleção biblioteca básica/serviço social; vol. 4).

BOSCHETTI, Ivanete Salette. O Desenho das Diretrizes Curriculares e Dificuldades na sua Implementação. *Revista Temporalis*, ano IV, n.8, p. 17-30, 2004.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
Cardoso, Franci, gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polemicas e desafios. In: *temporalis / associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social*. Ano VII, n.14 – jul./dez. Brasília. 2007.

CASTANHO E OLIVEIRA, Isadora isoldi de mello. Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para intervenção. In: *sso e sociedade*. São Paulo. Nº 104. Pg 737-749, out/dez. 2010.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 24, p. 5-15, set. /dez. 2003.

COSTA, Gilmaísa. Trabalho e serviço social: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács (1999). http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/10015/arquivo9337_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring: A revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*. Tradução: Nélio Schneider. 1ª ed. São Paulo. Boitempo. 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. Aonde nos levaram as diretrizes curriculares? In: *temporalis / associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social*. V.1, nº2 (jul/dez. 2000). Pg. 163-182. Brasília. Abepss, valci, 2000.

_____. Estratégias em Serviço Social. .4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FERNANDES, Florestan. Universidade brasileira: reforma ou revolução? SP: Alfa-Ômega, 1975.

GENTILLI Raquel. Desafios da pratica ao novo currículo de serviço social. temporalis / associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social. V.1, nº2 (jul./dez. 2000). Pg. 133-152. Brasília. Abepss, valci, 2000.

GREGÓRIO, José Renato Bez de. In: A universidade pública como parceira do capital: a constante necessidade de produzir inovações tecnológicas. Disponível em:

GUERRA, Y. A Instrumentalidade do Serviço Social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282010000400008&script=sci_arttext. Acesso em: 12/01/2016.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBBSAWM. E.J. A era do capital, 1848-1857, Trad. Luciano Costa Neto. São Paulo. Paz e Terra. 2011.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, R. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social: tendências quanto à concepção e organização de conteúdos na implementação das diretrizes curriculares. In: Temporalis / associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social. V.1, nº2 (jul./dez. 2000). Pg. 07-17. Brasília. Abepss, 2000a.

_____. Reforma do ensino superior e serviço social. Temporalis. Ano 1, nº1 – pg. 35-79. jan./jun. 2000.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.001>. Acesso em: 10/01/2016.

LARA, Ricardo. In: a incidência da teoria social critica no serviço social. Revista sso e realidade, franca, v.18, nº 1, pg. 43-59. 2009. <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/116>.

_____, A produção de conhecimento no Serviço Social: O mundo do trabalho em debate. São Paulo: UNESP, 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilici. Imperialismo Fase Superior do Capitalismo. São Paulo: Editora Alfa Ômega. 1986

LESSA, Sergio. Serviço social e trabalho: do que se trata? In: temporalis/associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social. V.1, nº2 (jul./dez. 2000). Pg. 07-17. Brasília. Abepss, 2000.

_____; TONET. I. Introdução a Filosofia de Marx. 2ª edição. São Paulo. Expressão Popular. 2011.

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social II. Tradução: Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes, São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. O Capital: crítica a Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital. Trad. Rubens Enderle. Boitempo. 2013.

MÉSZÁROS, I. Estrutura Social e formas de consciência: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do trabalho).

NETTO, José Paulo,. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

_____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 6ª ed. São Paulo. Cortez, 2002.

_____.; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 1).

NUNES, L. Da Precarização Estrutural do Mundo do Trabalho á Degradação Real da Vida do Ser Social. Um Olhar Para América Latina. In: Anais do IX Seminário do Trabalho. Trabalho, Educação e Neodesenvolvimentismo. <http://www.ronaldofrutuozo.com.br/seminariotrabalho2014/img/GT5/DA%20PRECARIZACAO%20ESTRUTURAL.pdf>. Acesso em: 18/05/2015.

RAMOS, Sâmya Rodrigues de Oliveira. A prática na formação profissional em serviço social: tendências e dificuldades. : temporalis / associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social. Ano VII n.14 – jul./dez. Brasília. 2007.

REMIJO, Alcides Pontes. A situação da classe trabalhadora nos frigoríficos de Barretos: o antagonismo da superexploração. 2013. 386 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2013.

ROCHA, Islânia Lima da. PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: impactos no serviço social. In: Anais VII Jornada internacional de políticas públicas. São Luís/Maranhão. 2015. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/privatizacao-do-ensino-superior-no-brasil-impactos-no-servico-social.pdf>. Acesso em: 1-/01/2016.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. Disponível em: <http://pos.ucpel.tche.br/dissertacoesppgps/?action=download&file>. Acesso em: 10/01/2016.

TRISTÃO, ELLEN LUCY. O Serviço Social em debate: Trabalho ou Ideologia? Uma sugestão de análise. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social / Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2011. Orientador: José Paulo Netto.

APÊNDICE 1

Quadro 2. Bibliografia Complementar indicadas nos planos de ensino de cursos de serviço social em Santa Catarina

	Autor/Texto/Ano	Área de Concentração	Instituição
1	SMITH, Adam. A riqueza das Nações. (1983).	Economia Política Clássica.	C.
2	SPOSATI, Aldaíza. Pobreza e cidadania no Brasil contemporâneo. Um comentário do relatório da Comissão Mista Especial da Câmara e do Senado. (2000).	Serviço Social.	B.
3	FILHO, André Franco Montoro. Manual de introdução à economia. (1986).	Economia.	B.
4	SCARANELLO, Aparecida de Fátima da Silva. O Serviço social na reabilitação profissional do INSS. (2006).	Serviço Social.	A.
5	COUTO, Berenice R. PAIVA, Beatriz A., e TAPAJÓS, Luziele M. Fórum social mundial: “movimento de movimentos” contra a barbárie neoliberal. (2001).	Serviço Social.	B.
6	CAMPOS, Benedicto de. Introdução a filosofia marxista. (1988).	Filosofia.	B.
7	RAMOS, Carlos Alberto. Políticas de geração de emprego e renda. (2003).	Economia.	A.
8	SIMÕES, Carlos. Curso de direito do Serviço social. (2011).	Serviço Social.	A.
9	NAPOLEONI, Claudio. Smith, Ricardo, Marx. (1981).	Economia.	C.
10	HARVEY, David.	Teoria Social	A.

	Condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 1992. O novo imperialismo. (2004).	Contemporânea.	
11	RICARDO, David. Princípios de economia política. (1983).	Economia Política Clássica.	C.
12	LANDES, David S. A riqueza e a pobreza das nações: porque algumas são tão ricas e outras tão pobres (2004).	História/Economia.	B.
13	Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a Unesco da comissão internacional. Vários autores. (1999).	Educação.	B.
14	HOBBSBAWM, Eric. A era do capital (1848-1975). (1978).	Teoria Social Contemporânea.	C.
15	MANDEL Ernest Ezra. O capitalismo tardio. (1982).	Sociologia Contemporânea.	C.
16	SALVADOR, Evilásio. A reforma da previdência social no Brasil e os impactos sobre p mercado de trabalho. (2002).	Serviço Social.	A.
17	GIMBIAGI, Fabio. Previdência no Brasil debates, dilemas e escolhas. (2007).	Serviço Social.	A.
18	MONTEIRO, Fernanda de Oliveira. Plantão social: espaço privilegiado para identificação: notificação de violência contra crianças e adolescentes. (2010).	Serviço Social.	A.
19	SODRÉ, Francis. Alta social: a atuação do Serviço social em	Serviço Social.	A, A.

	cuidados paliativos. (2005).		
20	SODRÉ, Francisc. Serviço social e o campo da saúde. (2010).	Serviço Social.	A, A.
21	NETO, Francisco P. de Melo. Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável. (2002).	Administração e Negócios.	B.
22	DIMENNSTEIN, Gilberto. O cidadão de papel: infância, adolescência e direitos humanos no Brasil. (2000).	Sociologia.	B.
23	DUPAS, Gilberto. Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro capitalismo. (2000).	Economia.	B.
24	ARENDT, Hannah. A condição Humana.	Sociologia Contemporânea.	A.
25	BRAVERMANN, Harry. Trabalho e capital monopolista. (1977).	Teoria Social Contemporânea.	A.
26	Harvard Business School. Empreendedorismo e estratégia: on entrepreneurship. (2002).	Produção Técnico-Acadêmica.	B.
27	DANILO, Marcondes. e JAPIASSÚ, Hilton Dicionário de filosofia. (2008).	Filosofia.	B.
28	CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. (2008).	Administração e Negócios.	B.
29	Instituto Cepa. Diagnóstico social em Santa Catarina. (2003).	Produção Técnica	B.

30	Instituto Ethos. As metas do milênio e os indicadores Ethos de Responsabilidade social empresarial. (2004).	Produção Técnica	B.
31	Instituto Ethos. Crenças e riquezas. (2000).	Produção Técnica	B.
32	Instituto Ethos. Os novos desafios da responsabilidade social empresarial. (2001).	Produção Técnica	B.
33	Instituto Ethos. Pós-modernidade e novos paradigmas. (2000).	Produção Técnica	B.
34	DANIELLI, Irene. Repensando a filosofia. (1989).	Filosofia.	B.
35	RUBIN, Isaak Illich. <i>A teoria marxista do valor.</i> (1980).	Economia.	C.
36	MÉSZÁROS, István. Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método. (2009).	Teoria Social Contemporânea.	C.
37	BOSCHETTI, Ivanete. A reforma da previdência social no Brasil e os impactos sobre o mercado de trabalho. (2002).	Serviço Social.	A.
38	MARIANA, José Antonio. Filosofia e cidadania, ensino médio. (2010).	Filosofia.	B.
39	MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. (2002).	Sociologia Contemporânea.	B.
40	ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. (2002).	Economia.	B.
41	NETTO, José Paulo.	Serviço Social.	B.

	A conjuntura brasileira: o Serviço social posto a prova. (2004).		
42	NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço social. (2005).	Serviço Social.	B.
43	NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. (2001).	Serviço Social.	B.
44	ZEETANNO, José Paulo. Políticas ativas e passivas no mercado de trabalho: aspectos conceituais, a experiência internacional e a avaliação do caso brasileiro. (2009).	Serviço Social	A.
45	SCHUMPETER, Joseph Alois. Fundamentos do pensamento econômico. (1968).	Economia.	C.
46	GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia: romance da história da filosofia. (1996).	Filosofia.	B.
47	Castro, Josué de. Geopolítica da fome: ensaios sobre os problemas de alimentação e da população. (1968).	Ciências Sociais.	B.
48	MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. (1986).	Teoria Social Clássica	C.
49	MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. (2011).	Teoria Social Clássica.	C.
50	MARX, Karl. Manuscritos econômicos e	Teoria Social Clássica.	C.

	filosóficos. (2004).		
51	MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. (1998).	Teoria Social Clássica.	B.
52	MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. (1998).	Teoria Social Clássica.	C, C.
53	MARX, Karl. Para a crítica da economia política. (1985).	Teoria Social Clássica	C.
54	ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. A ideologia alemã. (1989).	Teoria Social Clássica.	B.
55	PIERRE, Luiz A. A.. Elementos básicos do direito do trabalho. (2005).	Direito.	A.
56	SOUZA, Luiz Alberto Gómez. Lições do fórum social mundial. (2001).	Sociologia.	B.
57	BERNARDI, Luiz Antônio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. (2003).	Administração e Negócios.	B.
58	POCHAMANN, Márcio (Org.). Atlas da exclusão social no Brasil. (2003).	Economia.	B.
59	YASBECK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. (2001).	Serviço Social.	B.
60	MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Raízes da fome. (1986).	Serviço Social.	B.
61	CACCIAMALLI, Maria Cristina. Emprego e seguridade social: mais uma década perdida no	Serviço Social.	A.

	mercado de trabalho na América latina. (2003).		
62	GOHN, Maria da Glória. Classes e movimentos sociais. Capacitação em Serviço social e política social. (1999).	Serviço Social.	B.
63	COSTA, Maria Dalva Horácio da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos assistentes sociais.	Serviço Social.	A.
64	SILVA, Maria de Fátima José. Emprego e seguridade social: mais uma década perdida no mercado de trabalho na América latina. (2003).	Serviço Social.	A.
65	ASSIS, Maurício Costa de e Bravo, Maria Inês Souza. Assessoria, consultoria.	Serviço Social.	A.
66	BARROCO, Maria Lúcia. Ética: fundamentos sócio-históricos. (2011).	Serviço Social.	A.
67	HOLANDA, Maria Norma Alcântara Brandão de. O trabalho no sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e Serviço social. (2002).	Serviço Social.	A.
68	HOLANDA, Maria Norma Alcântara Brandão de. Trabalho e reprodução social. (2002).	Serviço Social.	A.
69	SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. (Coord.). A comunidade solidária: o não-enfrentamento	Serviço Social.	B.

	da pobreza no Brasil. (2001).		
70	IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. (2001).	Serviço Social.	B.
71	IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço social em tempo de capital fetiche. (2008).	Serviço Social.	A.
72	MATIJASCIC, Miko. Previdência e assistência social no Brasil: O período pós-laboral. (2006).	Serviço Social.	A.
73	Ministério do Trabalho e Emprego. Trabalho doméstico, direitos e deveres. (2006).	Produção Técnico-Acadêmica.	A.
74	CEZAR, Monica de Jesus. (2002).	Serviço Social.	A.
75	NELSON, Werneck Sodré. História da burguesia brasileira. 1983.	História.	B.
76	ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço social.	Serviço Social.	A, A.
77	VELHO, Otávio Guilherme (Org.). Estrutura de classes e estratificação social. (1979).	Antropologia.	B.
78	BARAN, Paul Alexander e Sweezy, Paul. Capitalismo Monopolista. (1978).	Economia.	C.
79	HUGON, Paul. História das doutrinas econômicas. (1995).	Economia.	B.
80	FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. (2001).	Educação.	B.
81	TAFNER, Paulo.	Serviço Social.	A.

	Previdência no Brasil debates, dilemas e escolhas. (2007).		
82	DRICKER, Peter F.. Inovação e espírito empreendedor. (1987).	Administração Negócios.	E B.
83	PEREIRA, Potyara. Questão social, Serviço social e direitos da cidadania. (2001).	Serviço Social.	B.
84	MIOTO, Regina Célia Tamaso. Perícia social: proposta de um percurso operativo. (2001).	Serviço Social.	A.
85	ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? (2011).	Teoria Social Contemporânea/Sociologia Do Trabalho.	A.
86	ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? (2009).	Teoria Social Contemporânea/Sociologia Do Trabalho.	A.
87	ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. (2009).	Teoria Social Contemporânea/Sociologia Do Trabalho.	A.
88	CHÉR, Rogério. Empreendedorismo na vela: um aprendizado constante. (2008).	Administração Negócios.	E B
89	ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx. (2001).	Teoria Social Contemporânea.	C.
90	ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Barbosa, ROSANGELA, Nair de Carvalho e CARDOSO, Franci Gomes e A categoria processo de trabalho e o trabalho do assistente social.	Serviço Social.	A, A.

91	SERRA, Rose. A política pública de emprego, trabalho e renda no Brasil. (2009).	Serviço Social.	A.
92	MARINI, Ruy Mauro. Dialectica da dependência. (1976).	Teoria Social Contemporânea	A.
93	AMMANN, Safira B.. Cidadania e exclusão social: o mundo desenvolvido em questão. (2003).	Serviço Social.	B.
94	LESSA, Sergio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. Capacitação em Serviço social e política social. (1999).	Serviço Social.	B.
95	SANTOS, Theotonio dos. Conceitos de classes sociais. (1985).	Teoria Social Contemporânea	B.
96	LENIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo, fase superior do capitalismo. (1979).	Teoria Social Contemporânea	C.

Fonte: Programa das disciplinas analisados.

Elaboração: Leandro Nunes.